

## EDITORIAL



*O* *Jornal Notícias do Congresso Nacional* é o órgão oficial de comunicação social do Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB, deixando evidente que sua proposta é ser diferente dos demais, sobressaindo-se, principalmente, pela qualidade e pela eficiência das informações nele contidas. Traz de maneira prática e objetiva a história do Brasil.

É destinado a divulgar as ações de jornalismo, *marketing* e responsabilidade social e institucional do Poder Executivo e do Poder Judiciário, dando ênfase, especialmente, ao importante trabalho técnico-operacional desenvolvido pelo Poder Legislativo no que tange ao trabalho legislativo praticado pelas Comissões Permanentes e Temporárias do Congresso Nacional, instaladas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

A missão deste veículo, *Jornal Notícias do Congresso Nacional*, é oportunizar a divulgação dos trabalhos técnicos desenvolvidos no âmbito do Poder Legislativo, pelos seus membros no Congresso Nacional, no cumprimento de sua missão de legislar, fiscalizar e legitimar o poder estabelecido, em nome da sociedade brasileira, bem como na defesa plena dos valores de pioneirismo, integridade, independência, excelência na qualidade das informações prestadas com responsabilidade, visando sempre à valorização das pessoas, da liberdade de expressão e das instituições democráticas do Estado de Direito.

Acreditamos que as informações contidas nesta publicação contribuirão para o processo de amadurecimento e desenvolvimento da sociedade brasileira, de maneira que esta venha a exercer o seu pleno direito de cidadania participativa, na qualidade de uma sociedade fiscalizadora dos poderes constituídos, para que venhamos a desfrutar um futuro melhor, com maior dignidade e justiça social para todos os brasileiros.

O *Jornal Notícias do Congresso Nacional* traz ao público leitor sua contribuição inarredável, imprimindo, assim, a história do Brasil nos bastidores do Poder Legislativo, vindo a preencher uma lacuna, visando a manter a sociedade informada das ações técnicas operacionais praticadas pelo sistema bicameral do Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, sendo este o poder guardião e garantidor do Estado Democrático de Direito, legitimado pela representação parlamentar, a autêntica expressão de poder de um povo e de uma forte e soberana nação.

Com dinamismo profissional, idealismo e perseverança, desenvolvemos um trabalho difícil e árduo, em que contamos com a importante proteção de DEUS e a colaboração de parlamentares, parceiros profissionais e patrocinadores, sendo recompensados pelo magnífico resultado alcançado.

Boa leitura a todos e até a próxima edição. Um grande abraço!



Dr. JOSUÉ DOS SANTOS FERREIRA  
Editor do *Jornal Notícias do Congresso Nacional*  
Jornalista Responsável (DRT nº 36.203/SP)  
Membro da Associação Brasileira de Jornalistas (ABJ nº 1.076)  
Escritor, Autor da obra acadêmica *Os Meandros do Congresso Nacional*  
*Como interagir e participar das atividades legislativas brasileiras*  
Fundador e Presidente Nacional do Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB  
E-mail: presidente@idelb.org.br / Site: www.idelb.org.br

## NESTA EDIÇÃO:



**Donald Trump**  
Presidente dos Estados Unidos da América  
As principais metas e os grandes desafios do Presidente dos Estados Unidos



**Vladimir Putin**  
Presidente da Federação Russa  
O poder militar da Rússia



**Xi Jinping**  
Presidente da República Popular da China  
O fortalecimento da parceria comercial entre Brasil e China

# DIFERENTE É SER DISPARADA A MAIOR COBERTURA 4G DO BRASIL.

TRAGA SEU NÚMERO PARA A TIM.  
PASSE EM UMA LOJA OU ACESSE O SITE  
QUE A GENTE RESOLVE TUDO PARA VOCÊ.

[tim.com.br/4G](http://tim.com.br/4G)

"Maior cobertura 4G do Brasil" refere-se à quantidade de municípios cobertos e população coberta. Fonte: Teleco, em 16/05/2017. Clientes TIM terão acesso à rede 4G, desde que possuam aparelho homologado para a frequência 4G no Brasil, TIMChip 4G e que estejam em uma área com cobertura da rede 4G. A velocidade média de navegação no 4G para download é de até 5 Mbps e para upload é de até 500 Kbps, podendo haver oscilações. Consulte a cobertura 4G em [tim.com.br](http://tim.com.br).

4G



 **TIM**

Evoluir é fazer diferente



Imagens meramente ilustrativas.



## Programa Caminho da Escola e Volksbus: 10 anos de sucesso.

Nos 10 anos do Programa Caminho da Escola, já foram entregues 16 mil ônibus escolares Volkswagen. Para nós da MAN Latin America, é motivo de muito orgulho poder fazer parte dessa história e possibilitar o acesso à escola de milhares de estudantes por todo o Brasil. Volksbus, sob medida para o transporte escolar.

Em alguns lugares,  
os alunos não são  
os únicos que precisam  
passar por provas.



Minha escolha faz a diferença no trânsito.



**Caminhões  
Ônibus**

Alexandre  
NERO

Rodrigo  
PANDOLFO

PARTICIPAÇÃO  
ESPECIAL Alinne  
MORAES

Caco  
CIOCLER

Fernanda  
NOBRE

DIREÇÃO MAURO LIMA

UMA HISTÓRIA DE  
SUPERACÃO E AMOR À VIDA

# João

## O MAESTRO

Baseado na emocionante história do maestro João Carlos Martins.

UMA PRODUÇÃO LC BARRETO & FILMES DO EQUADOR DISTRIBUIÇÃO SONY PICTURES COPRODUÇÃO GLOBO FILMES RIO FILME E CANAL BRASIL APRESENTAM ALEXANDRE NERO RODRIGO PANDOLFO CACO CIOCLER FERNANDA NOBRE  
PARTICIPAÇÃO ESPECIAL ALINNE MORAES APRESENTANDO DAVI CAMPOLONGO DIREÇÃO DE PRODUÇÃO FERNANDA POLASTRI ASSISTENTE DE DIREÇÃO FERNANDA NAKAMURA CASTING MARCELA ALBERG EDITORA TICA BERTANI MAQUIAGEM LEM SATO  
SONO DIRETOR GEORGE SALDANHA EDIÇÃO DE SOM FRANCOIS WOLT MIXAGEM ARMANDO TORRES JR. ABC DIREÇÃO DE ARTES CLAUDIO AZARABE PEIXOTO MONTAGEM BRUNO LASTVICIUS AMC JULIA PLECHMAN DIREÇÃO DE FOTOGRAFIA PAULO VAINER  
TRILHA SONORA MAURO LIMA FABIO MADRUGA E FALCÃO MADRUGA PRODUTORES ASSOCIADOS CARLOS DIEGUEZ PRODUZIDO POR PAULA BARRETO ROMULO MARINHO JR. ROTEIRO MAURO LIMA ARGUMENTO MARCIO ALEMAR DIREÇÃO MAURO LIMA



17 DE AGOSTO NOS CINEMAS

VERIFIQUE A CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA

# USA & EUROPE



**Los Angeles Times**

... his work with clarity of voicing, sensuality and a spirit that's closer to that of Horowitz and Rubinstein ...

—Susan Bliss



ВТОРНИК, 22 АПРИЛ 1997 г. **ЕКРАН** 1990 страница 17

*Британското правителство се зарази от философията на сексбомбите*

## ПИАНИСТ № 1 В СВЕТА записва Бах у нас

*Недялко НЕДЯЛКОВ*

... Martins explode comme l'égal d'un Glenn Gould version plus brûlante encore, ...

Bernard Mérigaud

C-14 **THE EVENING STAR**  
*Washington, D. C., Wednesday, January 3, 1962*

**NEWS OF MUSIC**

## Brazil's Martins Seen As Keyboard Giant

By **IRVING LOWENS**  
Star Music Critic





# O PODER LEGISLATIVO É O SUSTENTÁCULO PLENO DA LIBERDADE E DA DEMOCRACIA, PILARES FUNDAMENTAIS DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO.

## EXPEDIENTE

ANO VI – Nº 24 – Abril / Maio / Junho – 2017

O *Jornal Notícias do Congresso Nacional* é uma publicação trimestral do Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB. Todos os direitos são reservados.

Nossa missão está pautada na defesa plena dos valores de pioneirismo, integridade, independência, excelência na qualidade das informações prestadas com responsabilidade, visando sempre à valorização das pessoas, da liberdade de expressão e das instituições democráticas do Estado de Direito.

**Editor e jornalista responsável:** Dr. JOSUÉ DOS SANTOS FERREIRA (DRT nº 36.203/SP)

**Colaboração especial:** Aliádne Damázio

**Colaboração jurídica:** Dr. Luis Alexandre Oliveira Castelo

**Projeto gráfico e diagramação:** Fábio Manfrinato

**Fotos:** Saulo Cruz

**Revisão:** Sílvia Fernanda Bovino

**Distribuição e circulação:** Nacional

**PODER EXECUTIVO:** Presidência da República, Vice-Presidência da República, Ministérios, Governos Estaduais e Prefeituras Municipais.

**PODER LEGISLATIVO:** Congresso Nacional, Câmara dos Deputados, Senado Federal, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais.

**PODER JUDICIÁRIO:** Supremo Tribunal Federal, Conselho Nacional de Justiça, Superior Tribunal de Justiça, Tribunal Superior do Trabalho, Superior Tribunal Militar, Tribunal Superior Eleitoral e Tribunal de Contas da União.

**REPRESENTAÇÕES DIPLOMÁTICAS:** Embaixadas e Consulados Estrangeiros no Brasil.

**ORGANISMOS INTERNACIONAIS COM REPRESENTAÇÃO NO BRASIL:** Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime – UNODC, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, Organização dos Estados Americanos – OEA, Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento – Banco Mundial – BIRD e Fundo Monetário Internacional – FMI.

**ENTIDADES DE CLASSE:** Confederação Nacional da Indústria – CNI, Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP, Federação Brasileira de Bancos – FEBRABAN, Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores – ANFAVEA, Sindicato da Indústria da Construção Pesada do Estado de São Paulo – SINICESP, Federação do Comércio do Estado de São Paulo – FECOMERCIO-SP, Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base – ABDIB, Sindicato da Micro e Pequena Indústria do Estado de São Paulo – SIMPI, União da Indústria de Cana-de-Açúcar – ÚNICA, Centro de Integração Empresa-Escola – CIEE, Ordem dos Advogados do Brasil – OAB-SP, Ordem dos Parlamentares do Brasil – OPB e Agência Nacional de Petróleo – ANP – Setores de Petróleo, Gás Natural, Biocombustíveis e Energias Renováveis.

**EMPRESAS ESTATAIS:** Banco do Brasil S/A, Caixa Econômica Federal – CEF, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – Correios, Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO, Centrais Elétricas Brasileiras S/A – ELETROBRAS, Petróleo Brasileiro S/A – PETROBRAS, Banco Central do Brasil – BACEN, Empresa Brasileira de Comunicação S/A – EBC e Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República – SECOM.

**PÚBLICO-ALVO:** Autoridades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; Empresários, Estudantes e Professores, Representantes de Entidades de Classes e Corpo Diplomático.

**Tiragem:** 30 mil exemplares.

**Endereço:** Avenida Mário Lopes Leão, 1.500 – 12º andar – Conjunto 1.201 – Condomínio NovAmérica Office Park – CEP 04754-010 – Santo Amaro – São Paulo – SP – Brasil.

**E-mail:** idelb@idelb.org.br – **Site:** www.idelb.org.br – **ISSN:** 2358-5374.

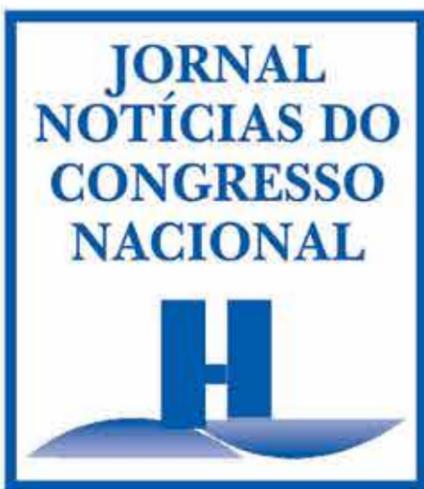
\* Não são de responsabilidade do *Jornal Notícias do Congresso Nacional* os conteúdos que constam nas notas e nos artigos assinados. Não há responsabilidade sobre qualquer conteúdo publicitário anunciado nesta edição.

\* Toda informação de caráter estatístico de todas as áreas, assuntos e temas assinados por este editor tem como base de pesquisa as fontes oficiais governamentais e privadas, bem como organismos internacionais.



*Nós confiamos em Deus*





Nós confiamos em Deus

# Acesse a versão completa do Jornal Notícias do Congresso Nacional no *tablet* e no celular.

## VERSÃO DIGITAL

Baixe o aplicativo por meio da Apple Store ou do Google Play e visualize um conteúdo consistente sobre aspectos políticos, sociais, econômicos e sustentáveis.



[www.idelb.org.br](http://www.idelb.org.br)



BAIXE GRATUITAMENTE O APLICATIVO DO JORNAL NOTÍCIAS DO CONGRESSO NACIONAL PARA IPAD E ANDROID.



Donald John Trump

Presidente dos Estados Unidos da América

# AS PRINCIPAIS METAS E OS GRANDES DESAFIOS DO PRESIDENTE DONALD J. TRUMP NA PRESIDÊNCIA DOS ESTADOS UNIDOS



Donald John Trump é o 45º presidente dos Estados Unidos. Ele acredita que os Estados Unidos têm um potencial incrível e continuarão a superar tudo o que conseguiram no passado. Seu slogan de campanha foi Make America Great Again (Faça a América Grande Novamente), e é exatamente isso que ele pretende fazer.

Donald J. Trump é a própria definição da história de sucesso americana. Ao longo de sua vida, ele estabeleceu continuamente os padrões de negócios e de excelência empresarial, especialmente com seus interesses nos setores imobiliário, de esportes e de entretenimento. Da mesma forma, sua entrada na política e no serviço público resultou na vitória presidencial — milagrosamente, em sua primeira vez candidatando-se a um cargo público.

Depois de se formar na Wharton School of Finance, Donald Trump seguiu os passos de seu pai como desenvolvedor imobiliário e entrou no mundo do desenvolvimento imobiliário em Nova York. A assinatura Trump logo se tornou sinônimo dos mais prestigiados endereços em Manhattan e, posteriormente, em todo o mundo. Escritor bem-sucedido, Donald Trump é autor de mais de 14 best-sellers, e seu primeiro livro, *The Art of the Deal*, além de ser o livro número 1 do ano, é considerado um clássico dos negócios.

Donald Trump anunciou sua candidatura em 16 de junho de 2015 e, depois de 17 concorrentes republicanos suspenderem suas campanhas, aceitou a nomeação republicana para presidente dos Estados Unidos em julho de 2016. Donald Trump ganhou as eleições em 8 de novembro de 2016. Para um republicano em vinte e oito anos, ele ganhou em mais de 2.600 municípios de todo o país, o maior número desde o Presidente Reagan, em 1984. Além disso, recebeu mais de 62 milhões de votos no voto popular, o maior número de todos os tempos para um candidato republicano. Também obteve 306 votos eleitorais, mais do que qualquer republicano desde George H. W. Bush, em 1988. Milhões de americanos reuniram-se atrás de sua mensagem de reconstruir o país e de perturbar o status quo. Essa foi uma verdadeira vitória nacional e um movimento histórico.

A chegada do Presidente republicano Donald Trump ao poder impulsiona movimentos de extrema direita nos Estados Unidos e na Europa. Suas promessas de campanha ameaçam desmontar o legado de seu antecessor, Barack Obama, e sacudir a ordem política e econômica mundial.

## AS DEZ PROMESSAS DO PRESIDENTE DONALD TRUMP

### 1. REPELIR O OBAMACARE

Os republicanos já deram início no Congresso, no qual são maioria, ao processo de desmonte da Lei de Saúde Acessível, implementada no primeiro mandato de Obama, que oferece subsídios às famílias mais pobres para contratação de planos de saúde. Conservadores consideram que a medida representa gastos excessivos para o governo federal. Após a revogação do programa, 18 milhões de americanos devem ficar sem cobertura de plano de saúde. O presidente prometeu apresentar uma lei que substitua o Obamacare.

### 2. MURO NA FRONTEIRA COM O MÉXICO

Uma das promessas mais populares e controversas feitas por Donald Trump durante a campanha eleitoral foi a construção de um muro ao longo de toda a fronteira com o México, com o

objetivo de prevenir a entrada de imigrantes clandestinos e de drogas. Atualmente, há barreiras em 1.046 km dos 3.200 km da fronteira. Especialistas avaliam que a obra do republicano deverá ter um custo total de US\$ 25 bilhões (R\$ 80 bilhões). Donald Trump disse que fará o México pagar pelo muro, mas o país se recusa a arcar com os custos da obra. Para concretizar sua promessa, o republicano ameaçou interromper as transferências financeiras de imigrantes mexicanos para seus familiares fora dos Estados Unidos, resultando em perdas significativas de receita para o país latino-americano.

### 3. BARREIRAS A IMIGRANTES MUÇULMANOS

Durante a campanha, Donald Trump chegou a propor a proibição à entrada de muçulmanos nos EUA, mas, após receber críticas (nem mesmo seu escolhido para secretário de Justiça, Jeff Sessions, concorda com a medida), passou a defender restrições temporárias de viagem a pessoas oriundas de países com histórico de terrorismo e onde não haja mecanismos suficientes para verificar os antecedentes dos requerentes de visto de viagem. O presidente também é crítico da recepção de refugiados da guerra civil na Síria, dizendo que terroristas podem infiltrar-se entre os requerentes de asilo.

### 4. DEPORTAR IMIGRANTES PERIGOSOS

O Presidente Donald Trump prometeu deportar todos os 11 milhões de imigrantes que vivem nos EUA sem visto de residência, mas depois recuou da proposta e afirmou que vai concentrar-se em expulsar os 2 milhões de estrangeiros com condenação criminal. Donald Trump também ameaçou cancelar vistos de países que se recusem a receber de volta os imigrantes deportados. Essas políticas não seriam baratas. O site Politico estimou que custaria ao menos US\$ 166 bilhões (R\$ 536 bilhões) deportar todos os residentes ilegais do país e erguer o muro fronteiriço. Embora muitos congressistas republicanos apoiem essas políticas, podem recuar diante da conta.

### 5. RENEGOCIAR TRATADOS COMERCIAIS

Crítico da integração econômica internacional, Donald Trump prometeu retirar os EUA de parcerias de livre comércio, como o Acordo de Livre-Comércio da América do Norte (Nafta) e a Parceria Transpacífico (TPP). As negociações do Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP), com a União Europeia, também devem ser congeladas. Repetindo o mantra de que “não ter um acordo é melhor do que um acordo ruim”, o republicano afirmou que buscará negociar novos pactos comerciais que preservem a competitividade das empresas americanas.

### 6. TRAZER EMPREGOS NA INDÚSTRIA DE VOLTA

Donald Trump disse que vai impor taxas de até 35% sobre exportações de países como a China e o México para os EUA, com o objetivo de preservar os empregos na indústria do país. O Presidente Donald Trump acusa esses países de roubar empregos dos americanos ao oferecer mão de obra mais barata. A proposta agradou eleitores de parques industriais em decadência nos EUA, que deram vitória ao republicano mesmo em Estados tradicionalmente democratas. A perspectiva de que Donald Trump abrirá uma “guerra comercial” preocupa investidores e governos estrangeiros.

### 7. CORTAR IMPOSTOS

Apesar do déficit orçamentário do governo dos EUA e da promessa de reaquecer a economia com mais investimentos em infraestrutura, Donald Trump garante que vai reduzir impostos para ricos e pobres. No caso de empresas, a alíquota

deve cair de 35% para 15%. Escolhido para ocupar o cargo de secretário do Tesouro, Steven Mnuchin prometeu o maior corte de impostos desde a administração Ronald Reagan.

### 8. ASSINAR LEIS PRÓ-ARMAS

Donald Trump pretende expandir leis que favoreçam portadores de armas e retirar restrições sobre compradores e vendedores e sobre os tipos de armamentos vendidos. O republicano também prometeu apontar juizes para a Suprema Corte que defendam a Segunda Emenda da Constituição americana, a qual prevê o direito dos cidadãos a portar armas. Além disso, o Presidente Donald Trump quer endurecer as penas por violações ao direito ao posse de armas e intensificar a repressão contra o crime organizado. Para prevenir massacres a tiros, Donald Trump sugere a ampliação do atendimento a pessoas com problemas de saúde mental.

### 9. DESTRUIR O ESTADO ISLÂMICO

Durante a campanha eleitoral, Donald Trump repetiu diversas vezes que destruirá o Estado Islâmico (EI), facção terrorista que controla territórios na Síria e no Iraque. Ele acusou seu antecessor, Barack Obama, de ter “criado” a facção ao financiar grupos armados envolvidos na oposição ao regime do ditador sírio Bashar al-Assad. Para combater o EI, o republicano defende operações militares “agressivas” (não está claro se ele pretende enviar tropas para lutar contra a facção), unir esforços com a Rússia e aumentar a cooperação com governos de países islâmicos dispostos a combater o terrorismo. Donald Trump também prometeu derrotar a ideologia do terrorismo islâmico, assim como se fez com o comunismo durante a Guerra Fria.

### 10. COMBATER A CORRUPÇÃO

Prometendo “drenar o pântano” das conexões entre políticos e empresários, Donald Trump quer proibir funcionários públicos e congressistas de fazer lobby no governo por cinco anos após eles deixarem seus cargos. Além disso, o republicano defende afastar permanentemente das atividades de lobby funcionários de alto escalão que ajam em benefício de governos estrangeiros. Embora Donald Trump tenha prometido restaurar a ética governamental nos EUA, críticos afirmam que a decisão dele de manter o controle de seus negócios com familiares durante a Presidência representa conflito de interesses com a administração pública.

Como atualmente há uma vaga na Suprema Corte e várias vagas devem surgir nos próximos quatro anos, Donald Trump terá chance de dar viés conservador aos tribunais do país durante décadas.

Donald J. Trump fez campanha em lugares em que sabia que os republicanos tiveram dificuldade em ganhar — Flint, Michigan, escolas charter no centro da cidade de Cleveland e igrejas hispânicas na Flórida —, porque queria trazer sua mensagem de capacitação econômica a todos os americanos. Milhões de republicanos novos confiaram em Donald Trump com seu voto por causa do foco dele em oferecer prosperidade por meio de melhores negócios comerciais. É claro que a vitória do Presidente Donald Trump é uma que reuniu americanos de todos os níveis, e ele está pronto para entregar resultados à nação do primeiro dia ao último dia de seu mandato.

O Presidente Donald Trump casou-se com Melania, há doze anos. Eles são os pais de Barron. Além disso, Donald Trump tem quatro filhos adultos — Don Jr., Ivanka, Eric e Tiffany — e oito netos.



Ivanka Marie Trump

Política, Escritora e Empreendedora

# IVANKA MARIE TRUMP: POLÍTICA, ESCRITORA E EMPREENDEDORA



filha do presidente dos EUA Ivanka Marie Trump vem mostrando seu valor e sua competência ao lado de seu pai, Donald Trump, desde o primeiro dia de campanha dele à Presidência dos EUA.

Ivanka Trump passou a ter um escritório na Ala Oeste da Casa Branca e acesso a informações secretas do governo dos Estados Unidos. Ela será os “olhos e ouvidos” do presidente e o aconselhará sobre um “amplo espectro” de questões.

A filha do presidente está envolvida ativamente no trabalho da administração — o que é uma nova oportunidade. De acordo com pessoas próximas à filha do presidente dos Estados Unidos, Ivanka não vê nada de incomum em sua nova função. Ela trabalhou durante muito tempo com seu pai na Trump Organization e também como parceira no reality show O Aprendiz.

A filha do presidente dos EUA Ivanka Trump, além de ser mulher de negócios, modelo e escritora, foi um dos líderes da campanha eleitoral de seu pai. Ivanka participou da campanha ativamente, esforçando-se para atrair os votos dos eleitores. Ela ocupou o cargo de vice-presidente executiva de desenvolvimento e aquisições na empresa de seu pai, a Trump Organization. Donald Trump confia tanto em sua filha, que agora a tem como conselheira política.

## Mulher de confiança

Mesmo antes da posse do pai, ela já deixou bem claro que o apoiará em todos os anos que morar na Casa Branca. Em uma declaração à imprensa, ela disse que, em toda

a sua vida, viu seu pai sendo um ótimo unificador. Disse ainda que os opositores dele devem dar-lhe um tempo, deixando que ele assuma as respectivas obrigações como presidente dos EUA e prove a todos os que o criticam que estão errados.

O genro e conselheiro do Presidente Donald Trump, Jared Kushner, comanda o Escritório de Inovações Americanas da Casa Branca, criado por seu sogro com o objetivo de reformular a administração federal dos Estados Unidos. Kushner acumulou uma nova função com suas tarefas de assessor sênior de Donald Trump. O anúncio ajudou a cimentar a posição do primeiro-genro e de sua mulher, Ivanka, como principais assessores do presidente.

O novo gabinete foi descrito pelo diário Washington Post como uma força-tarefa de executivos planejada para trazer uma nova mentalidade ao governo, distante das disputas políticas diárias, e capaz de criar um legado duradouro para um presidente que ainda busca levar sua marca a Washington. No organograma da administração federal, a estrutura ficará subordinada diretamente a Donald Trump.

“Devemos ter excelência no governo”, afirmou Jared Kushner em entrevista ao Washington Post, em seu escritório na Casa Branca. “O governo deve ser comandado como uma grande empresa americana. Nossa esperança é que consigamos ser eficientes para nossos clientes, os cidadãos.” A equipe de Jared Kushner será composta de ex-diretores do setor privado com foco na inovação. As áreas de tecnologia e de dados vão estar no centro dessa nova unidade, e a Casa Branca vem trabalhando com figuras que são referência no ramo, como o CEO da Apple, Tim Cook, e o fundador da Microsoft, Bill Gates.

“Prometi ao povo americano que iria produzir resultados e aplicar minha mentalidade ‘Antes do prazo, abaixo do orçamento’ ao governo”, afirmou o Presidente Donald Trump em comunicado.

## Lealdade inabalável

Desde a vitória de Donald Trump na eleição do ano passado, o papel no governo do casal Kushner-Ivanka — que esteve no centro da campanha do bilionário — tem sido motivo de preocupações e críticas. Em dezembro de 2016, antes da posse do magnata, a presença de Ivanka numa reunião com o primeiro-ministro japonês, Shinzo Abe, foi questionada, já que a filha do presidente mantinha negociações com companhias que pertencem ao governo japonês. Já o marido dela, assessor sênior da Casa Branca, também foi criticado por um encontro com representantes chineses com os quais mantinha negociações pendentes relativas aos negócios de sua família. Os dois abandonaram funções de comando em suas empresas, mas isso não foi suficiente para dissipar a desconfiança em relação à sua participação no governo.

Ao anunciar que se mudaria para Washington, Ivanka disse que se concentraria em sua família e em seus três filhos. No entanto, desde a chegada de Donald Trump à Casa Branca, ela já participou de encontros com líderes mundiais, como o primeiro-ministro canadense, Justin Trudeau, e a chanceler federal alemã, Angela Merkel, e representou oficialmente os EUA num encontro do G20 (grupo formado pelas 20 maiores economias do planeta) sobre empoderamento feminino. Além disso, foi apontada pelo presidente como o nome por trás de seus planos de reformas no sistema de creches e na licença-maternidade. Segundo o site Político, Ivanka está a um passo de ter autorização para receber memorandos internos confidenciais do governo, algo que a equipe de comunicação da Casa Branca não negou, mas evitou comentar.



Jared Kushner e Ivanka Marie Trump.



**Tiffany Ariana Trump, Donald John Trump Jr., First Lady Melania Knauss Trump, President**



President of the United States Donald John Trump, Ivanka Marie Trump and Eric Frederick Trump.



Vladimir Vladimirovitch Putin

Presidente da Federação Russa

# O PODER MILITAR DA RÚSSIA



Presidente da Rússia Vladimir Vladimirovitch Putin, durante celebração do Dia da Vitória, fez apelo por cooperação entre países, mas afirmou que pode vencer qualquer agressor.

Putin celebrou o 72º aniversário do fim da II Guerra Mundial e pediu que o mundo se una para combater o terrorismo.

O chefe do Kremlin discursou na Praça Vermelha, em Moscou, durante o tradicional desfile do Dia da Vitória, que marca a data da capitulação da Alemanha nazista, em 1945. Putin disse que seu país está disposto a cooperar com uma “luta efetiva contra o terrorismo, o extremismo, o neonazismo e outras ameaças”. No entanto, destacou que a Rússia pode vencer qualquer agressor e defendeu o fortalecimento das Forças Armadas.

A tradicional exibição de seu poderio militar contou com o desfile de 10 mil soldados e uma centena de máquinas bélicas. Pela primeira vez, os sistemas anti-aéreos do Ártico Tor-M2DT e Pantsir-AS participaram do desfile, aberto pelos carros de combate T-34-85. Os sistemas de mísseis balísticos Yars fecharam a marcha.

## Putin afirma que a Rússia será autossuficiente no setor industrial militar

Segundo o vice-primeiro-ministro da Federação Russa, Dmitry Rogozin, que também é o responsável pelo setor industrial militar daquele país, “o mais difícil diz respeito a geradores a

gás e motores para uma série de navios, helicópteros e aviões”. Parceria com a China é fundamental para que os obstáculos sejam superados.

Numa tentativa de resgatar autonomia existente nos tempos soviéticos, Dmitry Rogozin assegurou ao Presidente Putin que seu país pretende concluir a substituição dos componentes atualmente importados da Ucrânia, da União Europeia e da OTAN e destinados ao Complexo Militar-Industrial (CMI) da Rússia.

Entre as garantias, Dmitry Rogozin afirmou que seu país será capaz de desenvolver motores nacionais para a aeronave comercial Sukhoi SuperJet 100, para o helicóptero Mi-26 e para o futuro jato de passageiros MS-21, tendo destacado que o propulsor a ser empregado no caça de 5ª geração Sukhoi T-50 PAF-FA (Prospective Airborne Complex of Frontline Aviation) se encontra em processo de desenvolvimento. Também foi citado o desenvolvimento, em parceria com os chineses, de um helicóptero de transporte pesado, com capacidade de carga de 15 toneladas.

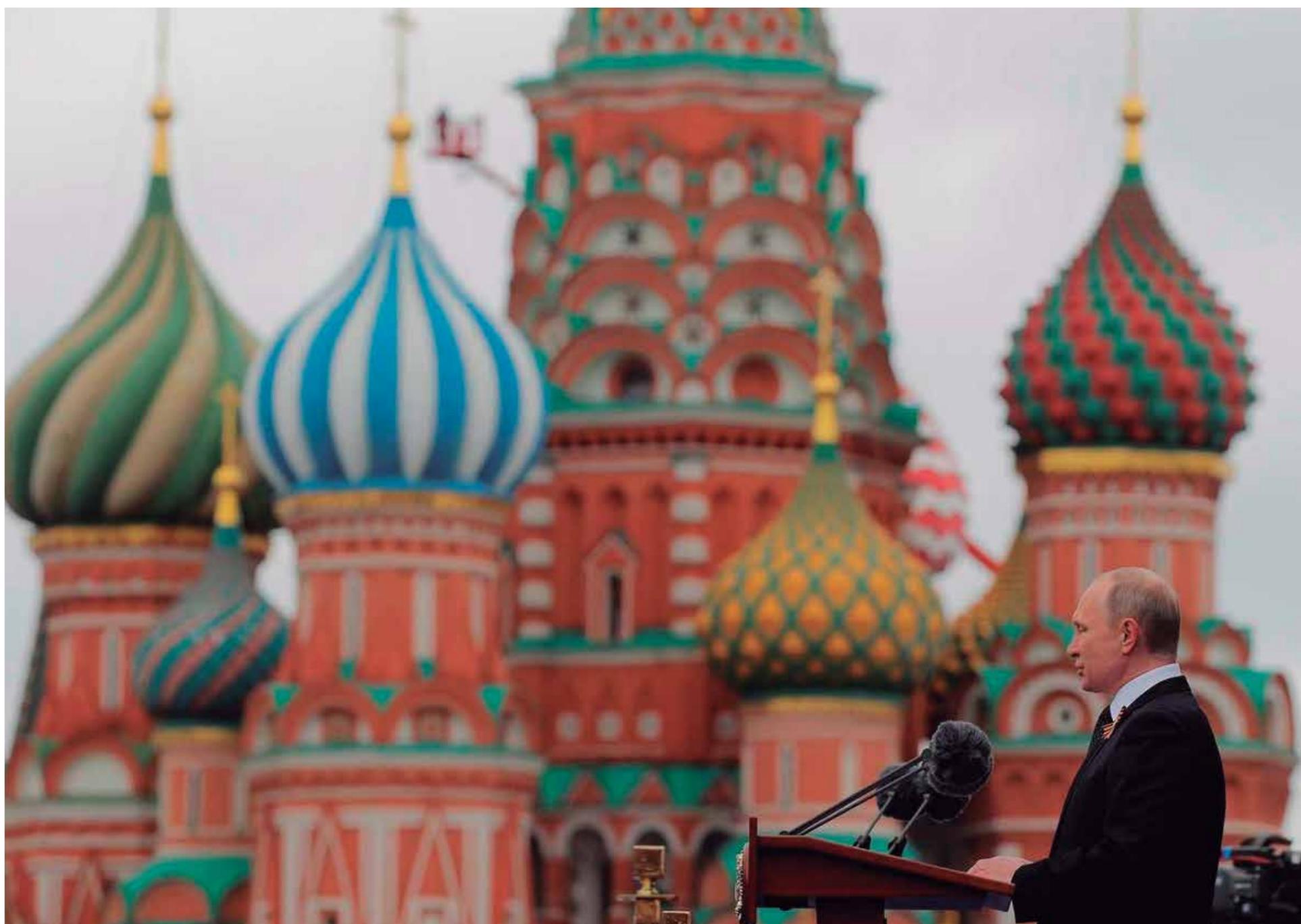
No segmento das turbinas aeronáuticas, parte da solução indicada por Rogozin envolve a adaptação de propulsores militares já em uso (e desenvolvidos na era soviética) para o uso em aviões de transporte, como já ocorre com o motor NK-32, empregado no Tu-160, cuja variante deve ser empregada na nova aeronave de fuselagem larga (Wide-body) que está sendo desenvolvida em parceria com a China.

Questionado sobre os prazos para a implementação das medidas indicadas, Rogozin afirmou que “o prazo-limite para a substituição de peças vindas da Ucrânia é 2018”. “O mais difícil diz respeito a geradores a gás e motores para uma série de navios, helicópteros e aviões. No entanto, todas as decisões necessárias já foram tomadas. Quanto aos países da OTAN e da UE, as últimas substituições serão realizadas em 2021. Mas, em geral, 90% serão concluídos em 2018”, completou.

Ainda segundo o vice-chefe de governo da Rússia, os planos e prazos de substituição das importações de equipamentos militares da Ucrânia referem-se a 186 armamentos e equipamentos especiais, tratando-se de milhares de componentes diversos.

“O problema é o seguinte: quando o assunto é a Ucrânia — e eu já falei sobre isso —, não se trata de produtos muito modernos. É uma produção que, por comodidade da nossa indústria, vinha sendo importada de forma rotineira da Ucrânia. Portanto, não teremos substituição de velharias, mas, simplesmente, no lugar daquelas tecnologias ultrapassadas, empregaremos novas tecnologias, que já estarão implementadas no âmbito dos planos de substituição das importações”, declarou Rogozin.

Além disso, nas palavras de Rogozin, a Rússia também precisa substituir cerca de 800 armamentos e equipamentos militares ligados aos países da OTAN e da União Europeia, que, juntos, somam milhares de componentes.



Moscú, Rússia

# FORÇAS ARM



# ADAS RUSSA





Xi Jinping

Presidente da República Popular da China

# O FORTALECIMENTO DA PARCERIA COMERCIAL ENTRE BRASIL E CHINA

A dinâmica de nosso mundo atual, com suas mudanças tão profundas na geopolítica e na globalização econômica, aliada à revolução da tecnologia, tem causado transformações muito significantes no cenário internacional. Até recentemente nosso mundo era bipolar, dominado por duas superpotências, que têm deixado uma marca profunda de impacto em todos os aspectos da vida e da cultura das sociedades sob suas respectivas esferas de influência.

Com a queda da União Soviética, nosso mundo deixou de ser bipolar e passou a ser unipolar, e já estamos a caminho de uma nova transformação profunda. A emergência da China e a unificação da Europa estão trazendo uma nova realidade mundial que afeta o hegemonismo existente. A balança de poderes e as esferas de influência, bem como os blocos de interesses formados, estão sofrendo sérios impactos com este início de uma era multipolar que ora desponta.

Estabelecidas em 1974, as relações diplomáticas entre o Brasil e a China têm evoluído de forma intensa, assumindo crescente complexidade. A cronologia recente do relacionamento demonstra a importância do diálogo bilateral. Em 1993, o Brasil e a China estabeleceram uma “Parceria Estratégica”, e, em 2004, foi criada a Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (Cosban). Em 2010, foi assinado o Plano de Ação Conjunta 2010-2014 (PAC), que define objetivos, metas e orientações para as relações bilaterais. Versão atualizada do plano, com vigência de 2015 a 2021, foi firmada pela ex-Presidente Dilma Rousseff e pelo Primeiro-Ministro Li Keqiang, em maio de 2015. Em 2012, por ocasião da visita ao Brasil do então Primeiro-Ministro Wen Jiabao, as relações foram elevadas ao nível de “Parceria Estratégica Global”, estabeleceu-se o Diálogo Estratégico Global entre Ministros das Relações Exteriores, e firmou-se o Plano Decenal de Cooperação (2012–2021).

Nesse quadro, o Brasil, o gigante da América do Sul, tem certa limitação de opções na escolha de alianças estratégicas que condizem com seu atual interesse nacional.

Em diversas ocasiões, os Presidentes do Brasil e da China têm dito e reiterado a prioridade de fortalecer uma aliança estratégica existente entre o Brasil e a China. E, realmente, esse fortalecimento da aliança poderia contribuir muito para o benefício mútuo das duas nações. Nos foros internacionais, o Brasil e a China normalmente se apoiam mutuamente, principalmente, mas não exclusivamente, quando se trata de questões ligadas ao Terceiro Mundo, às relações Norte-Sul e àquelas relacionadas à Organização Mundial do Comércio.

As economias da China e do Brasil, em muitas áreas, são complementares. Existe uma multiplicidade de oportunidades para parcerias que poderiam beneficiar ambas as partes.

## A Economia Mercantilista da China

Certamente, o maior benefício que o Brasil poderia aferir é analisar com muito cuidado a estratégia de desenvolvimento econômico que permitiu à China conseguir uma evolução econômica tão acelerada. Como é que um país conseguiu sair de um estado de pobreza que beirava a miséria e chegar a ocupar a posição da segunda potência econômica mundial em um espaço de somente vinte e quatro anos? Como é que a China conseguiu manter um desenvolvimento sustentado por tanto tempo? E como é que a China conseguiu mudar tão profundamente e completamente a face de sua nação nesse curto período da História?

A experiência da China e dos demais “Tigres Asiáticos” ensina-nos que o caminho da riqueza de uma nação não é demorado nem, muito menos, impossível.

Em 1974, quando o Brasil reatou relações diplomáticas com o governo da República Popular da China, esta ainda se encontrava dominada por uma filosofia política e econômica socialista rígida e retrógrada, que, por mais de um quarto de século, deixou o país pobre e estagnado com suas diversas experimentações no campo da política econômica.

Foi diante desse quadro que a liderança chinesa encabeçada por Deng Xiao Ping entendeu claramente que sua maior responsabilidade seria a de criar riqueza para a nação chinesa e bem-estar e prosperidade para seu povo.

Enquanto isso, o Brasil, nesse período, desfrutava do “Milagre Econômico Brasileiro” de crescimento econômico acelerado. Como comparação, o PIB da China naquele ano foi de pouco mais de 150 bilhões de dólares norte-americanos, e suas exportações mal superavam a marca dos 6 bilhões de dólares. O PIB brasileiro na época já tinha atingido 334 bilhões de dólares norte-americanos, a preços de 1997, e as exportações do Brasil, de quase 12 bilhões de dólares norte-americanos, em muito superavam aquelas da China.

Atualmente, a China exporta uns 300 bilhões de dólares, enquanto as exportações brasileiras atingem a marca de 60 bilhões de dólares. Com seus ganhos de exportação e somado o volume impressionante de investimentos diretos que ora atingem quase 800 bilhões de dólares, a China conseguiu acumular a maior posição individual de reservas em divisas do mundo.

A China é, desde 2009, o principal parceiro comercial do Brasil e vem-se constituindo numa das principais fontes de investimento no país. A corrente de comércio Brasil-China ampliou-se de forma marcante entre 2001 e 2015, passando de US\$ 3,2 bilhões para US\$ 66,3 bilhões. Em 2009, a China passou a figurar não apenas como o maior mercado comprador das exportações brasileiras, mas também como o principal parceiro comercial do Brasil, pelo critério do fluxo de comércio. Em 2012, a China tornou-se também o principal fornecedor de produtos importados pelo Brasil.

Em 2015, o Brasil exportou para a China um total de US\$ 35,6 bilhões e importou daquele país US\$ 30,7 bilhões (contra US\$ 40,6 bilhões e US\$ 37,3 bilhões em 2014, respectivamente), obtendo, como resultado, superávit no comércio bilateral de US\$ 4,9 bilhões. Desde 2009, o Brasil acumula um superávit com a China de quase US\$ 46 bilhões.

O PIB chinês, calculado pela Paridade de Poder Aquisitivo, já supera 5 trilhões de dólares norte-americanos. Baseados nessa forma de cálculo, estudos do Fundo Monetário Internacional projetaram para a China um PIB maior do que o dos Estados Unidos da América do Norte após 2016.

A China figura entre as principais fontes de investimento estrangeiro direto no Brasil, com destaque nos setores de energia, de mineração, de siderurgia e de agronegócio. Tem-se observado, também, diversificação dos investimentos chineses no país, em segmentos como telecomunicações, automóveis, máquinas, serviços bancários e infraestrutura. Há importantes investimentos brasileiros na China, em setores como o aeronáutico, o de mineração, o de alimentos, o de motores, o de autopeças, o de siderurgia, o de papel e celulose e o de serviços bancários.

## O Modelo Econômico do Brasil

Se analisarmos todos os planos econômicos das duas últimas décadas que foram implementados no Brasil, nenhum deles, sem exceção, reconheceu o óbvio: é necessário, para a formação da riqueza de uma nação — ou até de uma empresa ou de uma família —, ter fontes de receita. Todos os nossos planos econômicos, que em muito desafiavam as leis mais básicas das teorias econômicas, foram baseados em, quase unicamente, decretar a estabilidade da economia por meio de uma canetada mágica.

As reformas e reestruturações da economia são necessárias para manter estabilidade com prosperidade. O “Custo Brasil”, que sempre impediu a competitividade do país para ganhar divisas nos mercados internacionais, permanece intacto após todos esses anos.

A China foi o único país que não desvalorizou sua moeda durante a “Crise Asiática”, que lhe custou muito, mas ajudou a atenuar os efeitos dessa crise e, com isso, beneficiou a região toda. A China conseguiu manter sua estabilidade econômica mantendo seu crescimento econômico em níveis invejáveis, impulsionado por seu modelo econômico “Mercantilista” de exportação.

A experiência chinesa e a de todos os outros “Tigres Asiáticos” antes dela demonstram claramente que o caminho da riqueza de uma nação que sai de sua pobreza não é tão demorado nem tão impossivelmente difícil.

Há mais de um quarto de século, a China, em 1980, implantou as “Zonas Econômicas Especiais” de Shenzhen, Shantou e Zhuhai, na Província de Guangdong, perto de Hong Kong. Um ano após, surgiram a de Xiamen, na Província de Fujian, e a da Ilha de Hainan, perto de Taiwan. A localização geográfica dessas ZEEs não foi acidental. A proximidade de Hong Kong atraiu investimentos maiores dos chineses dessa “Região Administrativa Especial” da China, antiga colônia britânica. Além de capital, o know-how tecnológico, de administração e de design foi fundamental para criar os parques industriais modernos e com a manufatura de produtos de qualidade.

Tamanha é a importância dada ao comércio exterior pela China, que se criou um Ministério de Comércio Exterior. Cada Estado tem seu secretário de Comércio Exterior, e cada município também tem um secretário de Comércio Exterior. Além desse ministério, existe o importante Conselho Chinês para a Promoção do Comércio Internacional (CCPIT), sediado em Beijing e com milhares de subseções em todas as cidades chinesas. A responsabilidade principal desses órgãos é de fomentar, incentivar e educar as indústrias para que possam exportar e facilitar o comércio exterior.

## China: Um Mercado Gigantesco Para o Brasil

A China é um gigantesco mercado, com 1,3 bilhão de consumidores, cada vez com maior renda disponível para o consumo, em função das riquezas criadas por seu desenvolvimento acelerado. Ela apresenta múltiplas oportunidades comerciais, de parcerias e de investimentos para o Brasil. A China é um mercado que o mundo inteiro cobiça, e o empresário que não prestar atenção a ela perderá numerosas oportunidades importantes. Porém, com exceção de poucas empresas brasileiras, como a Cia. Vale do Rio Doce, a Embraer e a Embraco, que instalaram seus escritórios na China, entre poucas outras, as empresas brasileiras ainda não despertaram para essas oportunidades de negócios com a China.

É lamentável essa ausência da indústria brasileira na China, uma vez que nosso espaço foi preenchido, em grande parte, por empresas de outros países. A velha geração de chineses associa, automaticamente, o Brasil com Pelé, futebol e café. Mas, em função de nossa omissão e de nossa ausência, a nova geração de chineses associa café com Colômbia e a rede americana de coffee shops Starbucks, que está presente em toda a China. O chinês consome, em volumes de crescimento geométrico, o café suíço Nescafé, e a Suíça é um país que não produz café. Da mesma maneira, ele toma suco de laranja de marcas europeias de países que não produzem laranja. O valor agregado flui para esses países, que compram esses produtos no Brasil.

A China consome, cada vez mais, vinho, chocolate, sucos de frutas concentrados, liofilizados ou cristalizados e, cada vez mais, aviões da Embraer. Se não podemos exportar têxteis para a China, em função de nossos custos comparativos, podemos, sim, exportar moda. Móveis finos e calçados finos são exportados para a China por muitos países, exceto pelo Brasil, que tanto exporta sua madeira e seu couro para aquele país. Imaginemos a quantidade de novas indústrias que a Lacta ou a Garoto teriam de construir se cada chinês consumisse um único bombom.

Existe grande interesse dos chineses de marcar maior presença no Brasil. A China ocupou tão bem seu espaço no mercado norte-americano, que quase tudo que se compra hoje nos Estados Unidos é “Made in China”. Na Europa, essa situação se repete com quase a mesma intensidade. A América do Sul, todavia, representa ainda território a ser mais bem explorado pelas empresas chinesas. As empresas chinesas entendem que o Brasil é o maior mercado desse continente, e, com uma base no Brasil, a entrada nos mercados da América do Sul pode ser facilitada.

## China: Um Fluxo de Capitais para Investimentos no Brasil

A China também possui 330 bilhões de reservas em divisas junto com Hong Kong. Em função disso e do estágio de desenvolvimento que atingiu, o governo chinês hoje incentiva as empresas chinesas com maior experiência internacional a investir no mercado externo para criar as multinacionais chinesas. Isso representa uma ótima oportunidade para nosso país, carente de investimentos diretos de risco em divisas. Mas, para isso, necessitamos ter um programa coordenado para buscar essas divisas.

Todas as cidades e as províncias (Estados) da China possuem catálogos — que elas distribuem, em inglês — de projetos detalhados, com estudo de mercado e quantias de investimentos, para os quais buscam parceiros.

## Uma Estratégia para a Conquista do Mercado Internacional via China

A China é hoje, e cada vez mais, a fábrica para o mundo. O custo baixo da produção chinesa, aliado à força de trabalho disciplinada dela, tem levado empresas do mundo inteiro a fabricar seus produtos na China para manter sua competitividade de custos neste mundo globalizado. Empresas dos países mais avançados do mundo têm transferido seus desenhos, sua tecnologia e têm treinado os chineses a fabricar os produtos que possam atender aos altos padrões exigidos por seus mercados. Isso, por sua vez, tem melhorado a qualidade de produtos chineses e, assim, também aumentado a demanda mundial por produtos “Made in China”. Essa forma de trabalho se tem tornado tão comum, que muitas das empresas desses países desenvolvidos do Primeiro Mundo não mais possuem unidades fabris, e, se o tiverem, estas estão localizadas na China. Essas empresas se concentram em tecnologia, design, controle de qualidade, marketing, distribuição e promoção de suas marcas. A fabricação é terceirizada aos chineses.

É inquestionável que a visão mercantilista foi fundamental para o sucesso do desenvolvimento econômico da Ásia e, em particular, o da China. Inquestionável também é o fato de que o ganho de divisas por meio de exportação é um fator histórico da riqueza das nações. Esse caminho mercantilista foi trilhado por quase todos os países que conseguiram atingir um nível de prosperidade econômica ao longo da história da civilização humana.

O Brasil tem todas as condições naturais, muito melhores do que as da China ou as do Japão, para ser uma grande nação exportadora. E é só querer! Esta grande nação foi dotada de extensão territorial, de terras férteis, de recursos naturais e minerais em abundância e de um povo cheio de esperanças por um trabalho digno e com disposição de apoiar um plano econômico e de se sacrificar por dias melhores. O Brasil também tem a sorte de ser um país livre de catástrofes naturais. Mais de dois terços do território chinês é inaproveitável por causa da extensão de seus desertos e de áreas montanhosas. Ao contrário da China, o Brasil tem a vantagem de ter uma população grande, mas não tão numerosa quanto a da China. Somente o sustento do povo chinês consumiria recursos em proporções gigantescas.

# FORÇAS ARMADAS DA REPÚBLICA



# ÚBLICA POPULAR DA CHINA





**Dr. Josué dos Santos Ferreira**

Fundador e Presidente Nacional do Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB

# O GRANDE CONQUISTADOR ROMANO JÚLIO CÉSAR

O imperador romano Caio Júlio César (100 a.C.–44 a.C.), considerado por muitos acadêmicos como o maior líder militar de todos os tempos, simplesmente dispensa apresentações. Nasceu em Roma e pertencia a uma família da pequena aristocracia — da qual os integrantes afirmavam ser descendentes de Ascânio, filho do guerreiro troiano Eneias, que, por sua vez, seria filho da própria deusa Vênus.

Construiu sua vida política aos poucos e andando a passos curtos, mas se tornou poderoso e influente. Assumiu diversos cargos públicos após prestar serviços militares na Ásia. Dos 35 aos 37 anos, foi edis curuis e pontifex máximus de Roma; entre os 42 e os 53 anos, saiu vitorioso nas batalhas na Gália e na Grécia, sem contar o fato de que foi ditador da Cidade Eterna dos 51 anos — por volta de 49 a.C. — até sua morte, quando foi assassinado por Brutus.

Considerando a obra deixada pelo próprio César — e também por seus biógrafos, Suetônio e Plutarco —, sabemos que, além de excelente militar, ele foi um ótimo líder. As importantes batalhas que liderou levaram ao aumento do poder da já notável república romana, e foi em grande parte por sua influência que ela se transformaria em Império Romano.

Sendo assim, a revista Jornal Notícias do Congresso Nacional traz os pontos mais importantes da liderança de César, que, de tão influente, ainda hoje serve de modelo para grandes governantes.

## As 7 lições de liderança do grande conquistador romano Júlio César

### 1. Uma boa apresentação

Bons líderes destacam-se não apenas por seus feitos, mas também por como os demonstram. César, por exemplo, embora fosse famoso por fazer longos relatos de suas conquistas, em determinada ocasião, após uma breve batalha com Farnaces do Ponto na Ásia, apenas escreveu em seu relatório: “Veni, vidi, vici” (“Vim, vi, venci”). Bastaram essas três palavras para cativar os que as leram nas repartições romanas, e tal foi o efeito da frase que até hoje ela é lembrada!

### 2. Assumir riscos

O fato de César ser militar significava que sua vida era constantemente colocada em perigo. Contudo, isso não era um problema para ele. Prova de que o romano tomava a frente nos riscos foi a travessia que fez com suas tropas no rio Rubicão.

Quando fez isso, ele quebrou uma lei que proibia qualquer general de atravessar o rio com seu exército. Suetônio diz em seus escritos que, enquanto liderava seus soldados, César teria dito a frase “Alea jacta est”, que seria, para nós, como “A sorte está lançada”. Teve êxito na travessia e na posterior batalha.

### 3. Não há problema em começar de baixo

Conforme mencionamos anteriormente, sua família não era tão influente, e César não nasceu ditador. Contudo, ele soube crescer em moral e liderança diante dos seus no decorrer da vida e não deixou que as adversidades — como a perda de uma herança quando jovem, por exemplo — o atrapalhassem em sua empreitada.

Na verdade, a ambição de estar no poder e o espírito de liderança motivavam-no a nunca perder seus objetivos de vista. Plutarco cita uma frase dita pelo conquistador ao passar por uma pequena aldeia: “Garanto-lhe que prefiro ser o primeiro homem aqui que(a ser) o segundo em Roma”.

### 4. Nada é permanente

Como líder militar e certamente estrategista que era, César sabia que nada era imutável, ainda mais se pensando em guerra. Em um pequeno espaço de tempo, pessoas morriam, batalhas aconteciam e tudo o que era planejado talvez tivesse de ser mudado. De acordo com o livro de Bill Yonne Júlio César: Lições de Liderança do Grande Conquistador, César certa vez escreveu: “Na guerra, eventos de importância são o resultado de causas triviais”.

### 5. Nunca se engane

Um dos grandes erros que um líder pode cometer é o de se deixar levar por seus sentimentos e devaneios. Um líder bem-sucedido deve afastar-se disso e ser o mais racional possível, de modo que sua autoconfiança não o destrua.

O mais sensato é que o líder seja ponderado, sabendo utilizar-se de seus instintos e de sua racionalidade. César, descrevendo um erro fatal de seus inimigos gauleses, escreveu: “Na maioria dos casos, os homens acreditam voluntariamente no que desejam”, como forma de demonstrar que, mesmo sabendo que podiam ser esmagados, acabaram por se sacrificar na batalha.

### 6. Não se acomode

Independentemente de que tudo corra como o esperado, nunca deixe de se preparar para o pior. Por mais que tudo esteja às mil maravilhas, ficar apenas parado observando as coisas irem bem e não fazer mais nada é um erro imperdoável — em se tratando de liderança.

E César não só sabia disso, como temia que isso acontecesse, tanto que escreveu, em seus “Comentários sobre as Guerras Gálicas”, que os deuses imortais deixavam que as pessoas que eles desejavam punir — por seus próprios erros — vivessem e prosperassem para que viessem a sofrer ainda mais por um revés maior das circunstâncias.



Se você está em um ótimo momento, fique ligado. César teria se dado bem se estivesse mais atento. Afinal, foi sob a sombra de seu olhar altivo e ditatorial que uma rebelião contra ele foi organizada e que ele acabou sendo assassinado.

### 7. Nunca se desvalorize

Autoconfiança é um dos principais pilares de um líder. Afinal, quem vai confiar em alguém que não confia em si mesmo? Essa característica nunca faltou ao grande conquistador romano. Plutarco relata em seu livro sobre a vida do ditador uma interessante história sobre quando o ainda jovem César foi sequestrado por piratas.

Os bandidos teriam pedido 20 talentos para libertá-lo, mas ouviram de César uma gargalhada como resposta e a instante réplica de que os meliantes não faziam ideia de quem haviam capturado — e ele mesmo ofereceu 50 talentos em resgate próprio. Como se fosse pouco, o romano ainda jurou de morte todos os piratas, fato que cumpriu assim que foi liberto, após reunir uma tropa que partiu em extermínio daqueles que o haviam prendido.

### Assassinado Júlio César de Roma

Júlio César morreu assassinado em 15 de março de 44 a.C., por uma conspiração dirigida por Cássio e Brutus (senadores romanos), que alegaram que César era um tirano. César foi um militar e político cuja ditadura pôs fim à República em Roma (Roma, 100 a.C.–44 a.C.). Procedente de uma das mais antigas famílias do patriciado romano, os Júlios, Caio Júlio César foi educado esmeradamente por mestres gregos. O assassinato de César desatou uma nova guerra civil entre seus partidários e simpatizantes (Octávio, Marco Antônio e Lépido) e os defensores da República (Brutus e Cássio, principalmente). Esse conflito terminou com a vitória dos partidários de César na dupla batalha de Filipos e o estabelecimento do Segundo Triunvirato, no qual Octávio, Marco Antônio e Lépido dividiram o controle de Roma.

### Conclusão

Trazendo para os dias atuais no Brasil, nosso país vive um caos nunca visto em sua história.

No Brasil não há governabilidade e seriedade dos políticos. O que há é uma corrupção desenfreada da classe política brasileira, que subtrai e subtrai dos cofres públicos trilhões de reais para seus próprios bolsos, deixando o povo brasileiro à mercê da própria sorte. A chamada “democracia” não existe, como também não existe a chamada “segurança jurídica”.

Não seria o momento oportuno de os 200 milhões de brasileiros, que são os verdadeiros donos do Brasil, reverem urgentemente o atual sistema político (democrático), que está instalado há trinta e três anos, quando o governo do saudoso General de Exército João Batista de Oliveira Figueiredo permitiu a eleição presidencial indireta que decretaria o fim do Regime Militar?

Será que a nação brasileira não deveria pensar na volta dos Militares ao Poder da República Federativa do Brasil para salvar nosso amado país?

Resolvendo assim o grave problema do Brasil, aplicando a Lei e a Ordem!

Vamos pensar nessa ideia!

“O que fazemos na vida ecoa na eternidade”.

O Brasil acima de Tudo!

Forte abraço Verde-Oliva!

Josué



**EXÉRCITO BRASILEIRO**  
Braço Forte - Mão Amiga

# O BRASIL A



# CIMA DE TUDO!





# SOMOS BRASILEIRO



**OS E AMAMOS ESTE PAÍS!**





Gen. Ex. Eduardo Dias da Costa Villas Bôas

Comandante do Exército Brasileiro

# A TRANSFORMAÇÃO DO EXÉRCITO: UM BRAÇO MAIS FORTE E UMA MÃO AINDA MAIS AMIGA, SEMPRE PELO BRASIL

Neste exato momento, milhares de vultos camuflados, equipados e armados embrenham-se nas matas da Amazônia. São mais de vinte e cinco mil militares, treinados e adestrados, vigiando as portas da floresta, vivificando fronteiras e ocupando espaços em cinco brigadas de infantaria de selva. Longe dali, na Vila Militar de Deodoro, no Rio de Janeiro, o canto forte das tropas da Brigada Paraquedista ecoa seus brados entusiasmados. Estão aptas a atuar estrategicamente, a qualquer momento, em qualquer parte do território nacional. Mais para o sul, no interior de São Paulo, a Brigada Leve Aeromóvel e o Comando de Aviação, com vários tipos de helicóptero, giram suas hélices para atender às demandas operacionais imediatas.

Enquanto isso, no Planalto Central, o Comando de Operações Especiais, com tropas de combate moderno, encontram-se preparadas, nas mesmas condições de prontidão, e disponíveis para a defesa da Pátria ou outras missões de guerra e não guerra, isoladamente ou em conjunto com as demais Forças Armadas. Em outros cantos do país, prontas para o combate convencional, duas brigadas blindadas emprestam potência de fogo e ação de choque ao poder de combate da Força Terrestre. Ao longo das fronteiras, tantas outras brigadas de cavalaria e de infantaria adestram-se permanentemente para a situação ápice do emprego de qualquer força militar: o campo de batalha.

Além de tudo isso, espalhadas por pontos estratégicos do país, com armas, equipamentos e tecnologias de última geração e um grupo de artilharia de mísseis e foguetes, tropas de guerra eletrônica, de defesa antiaérea e de defesa química, biológica, radiológica e nuclear seguem suas rotinas extenuantes de capacitação apoiadas por uma logística bastante complexa. Todas atuam em proveito de uma só palavra, que define e sintetiza a estratégia militar brasileira: DISSUASÃO.

## Valores, prestígio popular e novos desafios comandam a transformação

As Forças Armadas são o instrumento militar do Estado para a defesa nacional. O Exército Brasileiro, detentor de ótimos índices de confiança, atestados em pesquisas da Fundação Getúlio Vargas, que o colocam entre as mais destacadas organizações e trazendo consigo valores necessários ao combate e à adversidade, carrega o orgulho de ser uma das instituições mais prestigiadas do Brasil e uma reserva cívica e moral que fascina a todos os que com ela travam contato mais profundo.

A Carta Magna, em seu artigo 142, estabelece: “as Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem”. O enunciado da missão específica do Exército, derivada desse contexto, é expresso, sinteticamente, pela finalidade: defender a Pátria, garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem; apoiar a política exterior do país; e cumprir atribuições subsidiárias.

Ainda assim, as grandes mudanças que têm ocorrido no mundo e o *status* que o Brasil passou a ter no concerto das nações vêm impondo novos desafios. Dessa forma, o cumprimento da missão constitucional das Forças Armadas, por parte do Exército, dentro desse novo ambiente, precisa ter novas respostas, conduzindo a uma necessária mudança de mentalidade de defesa, que, de tão acentuada, supera os conceitos e processos habituais, sendo chamada, na verdade, de transformação.

## Missão dada, missão cumprida!

O cumprimento de sua missão está caracterizado pela permanente atitude de prontidão para qualquer risco, perigo ou ameaça externa, na preparação e manutenção dessas tropas altamente adestradas para a defesa da soberania e da integridade territorial brasileira.

Em apoio à política exterior, o Exército possui um batalhão de infantaria de força de paz e uma companhia de engenharia no Haiti, totalizando mais de mil homens, além de dezenas de militares em diversas funções nas missões de paz da ONU espalhadas pelo mundo.

No plano interno, tem participado de várias operações de garantia da lei e da ordem. Citam-se especialmente as pacificações dos Complexos do Alemão e da Penha (Operação Arcanjo) e a atualíssima presença na região do Complexo da Maré (Operação São Francisco), também no Rio de Janeiro, envolvendo tropas de todo o país no apoio ao governo para a melhoria das condições de vida daquela população tão vulnerável.

Como parte de um grande esforço de cooperação para o desenvolvimento nacional, o Exército empenha parte de suas tropas na construção de estradas e obras de infraestrutura. Também as utiliza na região do semiárido brasileiro para gerenciar e fiscalizar o Programa de Distribuição Emergencial de água a milhares de famílias afetadas pela constante estiagem. Ainda com finalidades subsidiárias, o Exército vem emprestando seus meios à sociedade a fim de amenizar o sofrimento provocado por catástrofes, epidemias e endemias, incidentes e acidentes radioativos e nucleares, além de diversas campanhas de apoio diverso à população sob a forma de ações cívico-sociais.

## Projetos estratégicos: os grandes indutores da transformação do Exército

Tudo isso já bastaria para um cenário sem grandes alterações em seus atores. Porém, no século XXI, três fatos impactaram o planejamento estratégico do Exército: o surgimento da Era do Conhecimento, a emergência do Brasil como nação de grande relevância no cenário mundial e a imprevisibilidade marcante dos conflitos da atualidade, caracterizados por diferentes tipos de ameaças ao redor do mundo.

O Exército, então, vislumbrou a necessidade de estabelecer quais seriam as novas capacidades que o conduziriam para a Era do Conhecimento. Tal papel vem sendo desempenhado pelos projetos estratégicos do Exército. Esses projetos têm impactos estratégicos e prioridade orçamentária, e seus produtos serão os verdadeiros indutores do processo de transformação da Força.

Dentre os dezoito projetos estratégicos do Exército, sete caracterizam-se por ser estruturantes e geradores de capacidades: Defesa Cibernética; SISFRON (Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras); PROTEGER (Sistema de Proteção de Estruturas Estratégicas); GUARANI (Nova Família de Blindados Sobre Rodas); ASTROS 2020 (Apoio de Fogo de Longo Alcance); Defesa Antiaérea; e OCOP (Obtenção da Capacidade Operacional Plena da Força Terrestre).

O projeto Defesa Cibernética visa prover o país de capacitação tecnológica, passando pelos recursos humanos, pelo desenvolvimento de doutrina de proteção de ativos e de estruturas do ciberespaço. Tem como metas e benefícios: estabelecer a Política Cibernética de Defesa; coordenar a Rede Nacional de Segurança da Informação e Comunicação (RENASIC); disponibilizar um Simulador de Operações Cibernéticas (SIMOC); e monitorar ameaças cibernéticas.

O SISFRON, além de fortalecer a presença do Estado na faixa de fronteira terrestre, incrementará a capacidade do Exército de monitorar as áreas de interesse, garantirá o fluxo de dados, produzirá informações confiáveis e oportunas para a tomada de decisões e permitirá dispor de “atuadores” com capacidade de responder prontamente às ameaças externas ou delitos transfronteiriços, em operações singulares, conjuntas ou interagências.

O Sistema PROTEGER destina-se à integração de esforços voltados para a proteção de estruturas estratégicas terrestres do país, ou seja, instalações, serviços, bens e sistemas, cuja interrupção ou destruição, total ou parcial, provocará sério impacto social, ambiental, econômico, político, internacional ou à segurança do Estado e da sociedade.

O GUARANI - a nova família de blindados sobre rodas – permitirá a substituição das viaturas ENGESA, com mais de 30 anos de utilização, com a incorporação de modernas tecnologias. O projeto contribui para a pesquisa e a inovação e constitui-se num vetor de transformação da indústria nacional de defesa, gerando empregos diretos e indiretos em inúmeras áreas da cadeia produtiva.

O sistema de defesa ASTROS 2020 atenderá a uma demanda estratégica da Defesa Nacional. Destina-se a prover o país,

especialmente a Força Terrestre, com produtos estratégicos de defesa de elevada capacidade dissuasória por meio de foguetes guiados e de mísseis de cruzeiro com alcance de até 300 km. O projeto é totalmente nacional, desenvolvido pela Avibrás e com conteúdo tecnológico de última geração.

O projeto Defesa Antiaérea pressupõe a capacitação da Força Terrestre para cooperar na defesa das estruturas terrestres do país de ameaças provenientes do espaço e tem por finalidade reequipar as tropas de Artilharia Antiaérea do Exército.

No tocante ao Projeto OCOP, seu objetivo é dotar as unidades operacionais de material de emprego militar em seu nível mínimo de prontidão e operacionalidade. Como consequência, a “modernização da frota” tem impactado positivamente a indústria nacional, pois a aquisição de novas viaturas na indústria automobilística, colaborou na manutenção de empregos e na criação de novos postos de trabalho.

## O braço forte na gestão: contribuinte tranquilo

O Exército sabe perfeitamente que parte significativa da confiança da população brasileira advém do seu respeito aos princípios fundamentais da Administração Pública estabelecidos no *caput* do artigo 37 da Constituição. Movido por esse espírito público coletivo, o Exército vem apresentando à sociedade brasileira sucessivas etapas de racionalização de sua gestão, chegando a ter diversas organizações militares agraciadas com prêmios de níveis regional e nacional nessa área.

O mais importante de tudo isso é a percepção exata de cada membro da Força de que os recursos que custeiam todos os processos da Instituição provêm dos esforços daqueles que geram a riqueza do país nas atividades de produção e serviços e, claro, dos que pagam os impostos ao governo.

## A Segurança dos Jogos Olímpicos

Há décadas, a doutrina de segurança integrada vem sendo aplicada pelo Exército, sempre que chamado a atuar nas operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO). O ápice do aproveitamento dessa experiência de sucesso ocorreu na Copa do Mundo, com a grande participação do Exército nos Centros de Coordenação de Defesa de Área (CCDA), integrado a todas as instituições responsáveis pelas atividades ligadas à segurança de qualquer evento. Para os Jogos Olímpicos, certamente o formato será muito semelhante na cidade do Rio de Janeiro e demais sedes, o que permitirá, uma vez mais, que os atletas e o público participem do grande evento esportivo com a certeza de que estão protegidos.

## Nova gestão para os mesmos valores

Ante os novos desafios do século XXI, o Exército, blindado pelos marcos legais que regulam seu papel na sociedade, apoiado nos compromissos e valores que norteiam as especificidades da vida militar, vem cumprindo sua missão de viés dissuasório por meio de um formidável conjunto de ferramentas militares aptas a serem apresentadas como opção de resposta militar ante uma agressão ao povo, ao território ou à soberania nacional. Entretanto, a Estratégia Nacional de Defesa preconizou uma mudança drástica para que a Força acompanhasse rapidamente a evolução dos últimos acontecimentos mundiais.

Assim, o Exército vem mantendo a admiração da sociedade à base de respeito aos princípios constitucionais da Administração Pública e aos recursos alocados pelo contribuinte, buscando realizar uma gestão racional destes e níveis altos de excelência gerencial.

Por essa natureza castrense, por sua permeabilidade e por sua capilaridade social, o Exército Brasileiro é uma grande reserva de valores cívicos e morais, tão caros a uma sociedade em formação. Sua eficácia está diretamente relacionada com a preservação desses valores para o cumprimento de sua missão constitucional. Dessa forma, segue e seguirá sendo um baluarte da confiança nas instituições do povo brasileiro, pois, quando um soldado olha nos olhos de um brasileiro, ele vê a si próprio, mas, quando um brasileiro olha nos olhos de um soldado, ele vê a retidão, a segurança e a esperança.

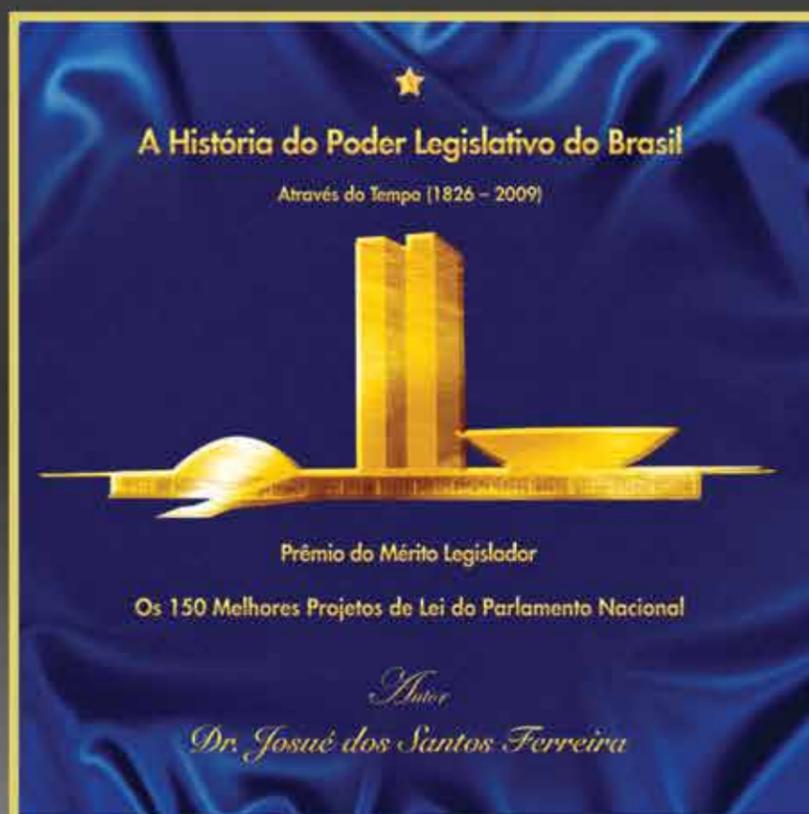
CONHECER A HISTÓRIA DO LEGISLATIVO É A MELHOR FORMA DE PERPETUAR A DEMOCRACIA E GARANTIR OS DIREITOS DO CIDADÃO.



## A HISTÓRIA DO PODER LEGISLATIVO DO BRASIL ATRAVÉS DO TEMPO (1826-2009)

Obra única em seu segmento, o livro tem como meta resgatar a essência histórica do Poder Legislativo do Brasil, trazendo fatos sobre os hebreus, romanos, americanos, ingleses, portugueses e brasileiros desde 1826 até 2009.

**A História do Poder Legislativo do Brasil Através do Tempo (1826-2009)** é um verdadeiro instrumento de preservação da cultura e da cidadania, levando ao conhecimento do leitor, os pilares da democracia global.

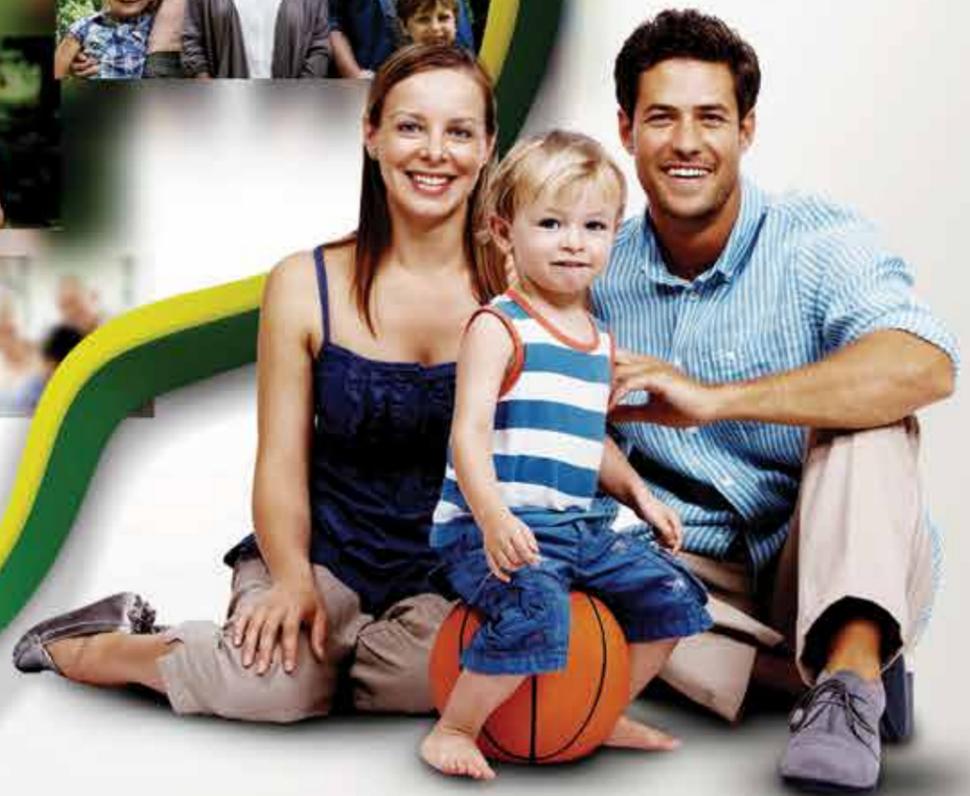


SECRETARIA DE  
**FOMENTO E  
INCENTIVO À CULTURA**

MINISTÉRIO DA  
**CULTURA**



# Responsabilidade social para um Brasil melhor.



O Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro - IDELB acredita que somente com muito trabalho, planejamento, determinação e eficiência é que alcançaremos resultados consistentes que contribuam para o desenvolvimento de nosso país.

Desde 2003, de acordo com o conceito de responsabilidade social, o IDELB conquistou tradição, credibilidade e uma história de grandes realizações pelo Brasil, visando a um futuro melhor para todos.

Acesse [www.idelb.org.br](http://www.idelb.org.br) e saiba mais.



*Orgulho de contribuir, há 13 anos, para o desenvolvimento do Brasil.*



Ministro Marco Aurélio Mendes de Farias Mello

Supremo Tribunal Federal — STF

# A SEGURANÇA JURÍDICA E O SUPREMO: UMA ANÁLISE A PARTIR DE PRECEDENTE EM MATÉRIA ELEITORAL E TRIBUTÁRIA

O regime democrático pressupõe segurança jurídica, e esta é incompatível com o afastamento de ato jurídico perfeito e acabado mediante aplicação de lei nova. A paz social baseia-se na confiança mútua e, mais do que isso — em proveito de todos, em prol do bem comum — no respeito a direitos e obrigações estabelecidos, não se mostrando consentâneo com a vida gregária, com o convívio civilizado, ignorar o pacto social, única possibilidade de entendimento. Tampouco condiz com a democracia a modificação das regras norteadoras das relações jurídicas pelo enviesado artil de aplicar-se lei, conferindo-lhe eficácia capaz de suplantar garantias constitucionais, isso a partir de simples interpretação. Em assim não sendo, ter-se-á o caos, a babel, a unilateralidade das definições, em nada influndo os compromissos assumidos, como se a lei vigente fosse a da selva, e não a de um mundo desenvolvido.

A segurança jurídica surge como um dos pilares do Estado de Direito e ganhou, na Constituição de 1988, disciplina ampla, e o Supremo a tem observado nas mais variadas situações. O Tribunal vem buscando fazer valer a inteligibilidade do Direito pela exigência de clareza das regras jurídicas; a confiabilidade do Direito ante a estabilidade das normas no tempo, a proibição de retroatividade, a proteção ao direito adquirido, ao ato jurídico perfeito e à coisa julgada; a calculabilidade ou previsibilidade do Direito presente a aplicação estrita das regras de anterioridade e anualidade (princípio da não surpresa)<sup>1</sup>. Os julgamentos têm sido marcantes em dois campos bem distintos: o político-eleitoral e o tributário.

## Segurança jurídica em matéria eleitoral e tributária

Mesmo em temas de alta sensibilidade e repercussão político-eleitoral, o Tribunal tem cumprido a missão de ser fiel à Constituição Federal ao garantir o respeito ao princípio da anualidade eleitoral, de que trata o artigo 16 dela constante, ainda quando novas regras eleitorais foram veiculadas por emenda constitucional. Esse foi o caso da de nº 58, publicada em 23 de setembro de 2009, a qual alterou o artigo 29, inciso IV, dispondo sobre novos critérios na fixação do número de vereadores. Essa modificação seguiu os passos do próprio Supremo no famoso caso “Mira-Estrela”<sup>2</sup> e também do Tribunal Superior Eleitoral, que estabeleceu parâmetros para a formação das Câmaras Municipais com base na decisão do Supremo<sup>3</sup>. Com essa Emenda, mesmo sendo de 2009, pretendeu-se disciplinar o resultado das eleições de 2008. Na Medida Cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.307/DF, Relatora a Ministra Cármen Lúcia, foi suspensa cautelarmente por desrespeito à anualidade eleitoral<sup>4</sup>. Conforme assentou a Relatora, citando o mestre José Afonso da Silva e o parecer do Procurador-Geral da República, a razão legal da anualidade é “evitar a alteração da regra do jogo depois que o processo eleitoral tenha sido desencadeado”, coibindo o casuísmo e a deformação desse processo, que violariam, em última análise, direito fundamental do cidadão-eleitor à segurança e à certeza das regras jurídicas inerentes à disputa eleitoral<sup>5</sup>.

Na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3.865/DF, Relatora a Ministra Ellen Gracie, o Tribunal tornou prevalecente a verticalização das coligações partidário-eleitorais alusivas a 2006, embora a Emenda Constitucional nº 52, de 8 de março daquele ano, tivesse assegurado aos partidos autonomia para formar coligações sem vínculos consideradas as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital e municipal. Consoante a ilustrada maioria, a aplicação imediata da Emenda implicaria transgressão à anualidade eleitoral versada no mencionado artigo 16. A Relatora apontou o desprezo ao direito fundamental do cidadão-eleitor à segurança jurídica e ao devido processo legal<sup>6</sup>. Votei vencido, na companhia do Ministro Sepúlveda Pertence, mas não por desconhecer a garantia constitucional da anualidade eleitoral, e sim porque entendemos que a Emenda em nada inovou relativamente à regência infraconstitucional da matéria. Como afirmei, se a norma constitucional derivada “houvesse alterado alguma coisa em termos de normatividade”, a questão deveria ser solucionada “sob o ângulo da eficácia do artigo 16”.

Esses dois precedentes têm a particularidade de opor a segurança jurídica, expressa pela anualidade eleitoral, a emendas constitucionais, o que decorre da interpretação sistêmico-teleológica do artigo 16 como revelador de cláusula pétreia, demonstrando o compromisso do Tribunal com a ordem constitucional como um todo e com a segurança do cidadão-eleitor.

Mais recentemente, o Supremo deixou clara a independência institucional, que apenas os grandes tribunais constitucionais possuem, ao decidir, por maioria, contra o clamor da opinião pública. Conscientes do papel contramajoritário que por vezes lhes cabe, tribunais dessa envergadura devem ser fiéis à Constituição Federal, mesmo que isso provoque reações populares indesejadas. Refiro-me ao julgamento da denominada Lei da Ficha Limpa e a(à) aplicação nas eleições de 2010.

O Tribunal enfrentou, além de questionamentos sobre a constitucionalidade da Lei Complementar nº 135, o tema da eficácia do diploma especificamente para o processo eleitoral de 2010, ano da publicação. Estavam em jogo mais de oito milhões de votos dados aos candidatos “fichas-sujas” nas eleições daquele ano. Porque a publicação ocorreu em 7 de junho anterior, a anualidade eleitoral apresentou-se como obstáculo à aplicação da lei nas eleições de outubro de 2010. O primeiro caso de candidato que teve registro indeferido foi examinado

no Supremo em 27 de outubro de 2010, no Recurso Extraordinário nº 631.102/PA, Relator o Ministro Joaquim Barbosa. O Plenário, então composto de dez ministros, dividiu-se, e o julgamento terminou empatado, tendo sido mantida a decisão do Tribunal Superior Eleitoral que implicara o afastamento do registro<sup>7</sup>. Em 23 de março de 2011, com a composição completa, novo recurso veio a julgamento e o Ministro Luiz Fux, recém-empossado, concluiu pela observância da anualidade eleitoral, definindo que a Lei não poderia ser aplicada nas eleições de 2010<sup>8</sup>.

Em ambos os recursos, votei a favor da incidência do artigo 16 do Diploma Maior, afastando a vigência da Lei Complementar para as eleições de 2010. Destaquei a necessidade de respeito à Constituição Federal, “à qual todos se submetem, indistintamente, inclusive o próprio povo”. Em virtude dessa obediência ao texto constitucional, disse, subscrevendo votos anteriores, que nós, Ministros do Supremo, não ocupamos “cadeira voltada simplesmente a atender aos anseios populares, mas cadeira voltada a preservar a Carta da República”. Ante a profunda modificação que a Lei provocou no processo eleitoral, não se poderia cogitar da não aplicação da anualidade eleitoral, sob pena de desprezo da própria Constituição e da defesa da segurança jurídica do cidadão-eleitor.

O dever constitucional de previsibilidade das alterações legislativas tem, na jurisprudência do Supremo, bastante repercussão também em matéria tributária, consideradas as anterioridades geral e nonagesimal dos artigos 150, inciso III, alíneas “b” e “c”, e 195, § 6º. Nessa área, o Tribunal igualmente opôs o princípio ao constituinte derivado, dando-lhe a dimensão de cláusula pétreia. Na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 939/DF, Relator o Ministro Sydney Sanches, julgou inconstitucional a Emenda de nº 3/1993, na parte em que instituiu o Imposto Provisório Sobre Movimentação Financeira — IPMF, impondo o dever de observância da anterioridade geral, afastada a cobrança imediata do imposto.

A maioria tomou a anterioridade tributária como núcleo essencial da segurança jurídica, a impedir o constituinte derivado de retirar do contribuinte a garantia de não ser cobrado quanto a imposto novo ou majorado no mesmo ano de publicação da norma de criação ou aumento, salvo as exceções previstas na própria Constituição Federal<sup>9</sup>.

Destacando que os direitos e garantias fundamentais se encontram em outras normas constitucionais além do rol do artigo 5º, asseverei que a anterioridade é garantia cujas exceções foram previstas de forma taxativa, pelo constituinte originário, de modo que a redução do alcance do princípio resultaria em violação do artigo 60, § 4º, da Constituição Federal, ou seja, transgressão a cláusula pétreia. Esse julgamento ocorreu em 1993, e jamais me desviei do sentido maior da anterioridade tributária como expressão particular da segurança jurídica. Interpretando a norma com essa extensão, vinculei à anterioridade tributária modificação legal que promoveu majoração indireta de imposto mediante a suspensão por prazo certo e determinado de uso de créditos, até então permitidos, para apuração final do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços — ICMS, sendo acompanhado por unanimidade no Plenário<sup>10</sup>. Seguindo essa óptica, manifestei-me, insistentemente, contra a aplicação imediata de leis que “prorrogaram” a cobrança de tributo criado para ser provisório — a CPMF<sup>11</sup>, a suspensão de uso de créditos do ICMS, matéria inclusive com repercussão geral reconhecida<sup>12</sup>, e a alíquota majorada de imposto antes estabelecida por prazo determinado, como ocorreu com o ICMS do Estado de São Paulo<sup>13</sup>.

Em relação a este último caso, envolvendo jogo de palavras do legislador de São Paulo para tentar caracterizar como “prorrogação” o que, na verdade, foi comando de última hora para mudar prazo certo e determinado de vigência de tributo majorado, fiz ver: O que houve na espécie — e não desconheço o artigo 150, inciso III, alínea “c”, da Constituição Federal, que alude, explicitamente, à instituição e aumento de tributo? Antes de 31 de dezembro de 2005, existia diploma legal editado para vigor por tempo determinado, evidentemente os contribuintes estavam convictos que, ao término, não se teria o acréscimo alusivo ao tributo. Por isso é que não é dado falar em prorrogação. O que ocorreu na espécie, atraindo incidência do preceito tal como se contém — e tendo a interpretá-lo de forma teleológica, perquirindo, no caso, o objetivo da norma, que é o de evitar solavancos, surpresas na vida gregária —, foi verdadeira criação, a instituição do tributo, e não a simples prorrogação.

[...]

Criação — instituição, portanto — do mesmo tributo, sem se ter presente a anterioridade nonagesimal da alínea “c” do inciso III do artigo 150, porque isso ocorreu ao apagar das luzes do ano de 2005.

Outro precedente a merecer destaque é o resultante do Recurso Extraordinário nº 188.083/PR, por mim relatado no Pleno em sessão de 5 de agosto de 2015. Assentei, ante o princípio da irretroatividade, a inconstitucionalidade do § 2º do artigo 30 da Lei nº 7.799/1989, no que prevista a correção monetária das demonstrações financeiras referentes ao exercício de 1989. Consignei, sendo seguido à unanimidade, que a lei regeadora de tributo há de ser editada em certo exercício para observância no subsequente. Assim revelei:

[...] o sistema reintroduzido mediante a Lei nº 7.799/89 tem repercussão no resultado da incidência do imposto sobre a renda, dependendo, quanto à geração de saldo credor ou devedor, da relação de valores entre o ativo permanente e o patrimônio líquido. Com a sistemática, tem-se o surgimento de renda a ser tributada, de lucro a servir de base no cálculo do imposto de renda.

Ainda que se potencialize a circunstância de, para efeito de se saber o imposto de renda devido, levar-se em conta o fechamento do balanço em 1989, o texto da Lei nº 7.799/89, a alcançar a correção monetária das demonstrações financeiras no período de 1º de fevereiro até 30 de junho de 1989, acabou por implicar a retroatividade vedada no artigo 150, inciso III, alínea “a”, da Constituição. Em suma, a recorrente sofreu os efeitos da situação jurídica criada pela Lei nº 7.730/89, no que prevista a desindexação, com o acerto relativo ao mês de janeiro de 1989. Foi surpreendida, no mês de junho de 1989, com a modificação substancial introduzida inicialmente pela Medida Provisória nº 68 e, depois, pela Lei de conversão nº 7.799/89, implementada a retroatividade para cobrir período de disciplina diversa, quando inexistente a correção. Ato e fatos jurídicos ocorridos antes da lei em comento foram apanhados, em retroatividade que contraria até mesmo o objetivo maior da normatização, que é a segurança jurídica.

[...]

Conforme salientado pela melhor doutrina — Geraldo Ataliba e Roque Antônio Carrazza —, o princípio da irretroatividade da norma há de ser perquirido e preservado no âmbito da eficácia, dos resultados provocados pelas leis. Fatos anteriores à Lei nº 7.799/89, a demonstração financeira tal como resultante da lei revogada — nº 7.730, de 31 de janeiro de 1989 —, não podem ser apanhados por diploma a eles posterior, sob pena de solapar o sistema voltado à preservação da segurança jurídica.

A vida em sociedade pressupõe a segurança jurídica. Surge como primeira condição desta última a irretroatividade da lei, que é editada para vigor prospectivamente, alcançando atos e fatos que venham a ocorrer. Descabe fazer tábula rasa das normas previstas no artigo 150, inciso III, alíneas “a” e “b”, da Constituição Federal, garantidoras, juntamente com o princípio da anterioridade, de um mínimo de previsibilidade às relações jurídico-tributárias.

## Conclusão

Conforme disse em diversos pronunciamentos, impõe-se, especialmente em tempos de crise, o dever de guardar regras e princípios, de garantir o respeito à Constituição Federal. Urge o restabelecimento da confiança dos brasileiros na força da Constituição, reafirmando a certeza do pleno funcionamento das instituições. A Lei das leis não há de ser tida como um documento lírico, que pode ser metamorfoseado em função dos acontecimentos e da vontade das maiorias reinantes. O que na Constituição se contém é de observância obrigatória.

A segurança jurídica e as normas constitucionais que a expressam a partir da cabeça do artigo 5º, como as da irretroatividade e da anterioridade, as que protegem o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada, assim como os princípios da proteção da confiança legítima e da boa-fé objetiva, exigem que o legislador atue com previsibilidade e clareza e que a Administração Pública tenha conduta honesta, leal e coerente com a atuação anterior<sup>14</sup>.

O Tribunal deve buscar, ao máximo, a estabilização das expectativas da sociedade, presente o sobreprincípio da segurança jurídica. Penso ser esse o sentido maior que uma interpretação constitucional adequada do princípio deve produzir — essa é a missão do Supremo em favor da segurança jurídica dos cidadãos.

<sup>1</sup>Sobre esses elementos da segurança jurídica, cf. ÁVILA, Humberto. Segurança Jurídica. Entre permanência, mudança e realização no Direito Tributário. São Paulo: Malheiros, 2011.

<sup>2</sup>STF — Pleno, RE 197.917/SP, Rel. Min. Maurício Corrêa, j. 24/3/2004, DJ 7/5/2004.

<sup>3</sup>Trata-se da Resolução TSE nº 21.702/2004, cuja constitucionalidade foi confirmada no exame da ADI 3.345/DF, Rel. Min. Celso de Mello, j. 25/8/2005, DJ 20/8/2010.

<sup>4</sup>STF — Pleno, ADI-MC 4.307/DF, Rel. Min. Cármen Lúcia, j. 11/11/2009, DJ 5/3/2010.

<sup>5</sup>O mérito da ação foi julgado em 11 de abril de 2013, tendo sido confirmada, por unanimidade, a inconstitucionalidade proclamada em sede cautelar.

<sup>6</sup>STF — Pleno, ADI 3.685/DF, j. 22/3/2006, Rel.ª Min.ª Ellen Gracie, DJ 10/8/2006.

<sup>7</sup>STF — Pleno, RE 631.102/PA, Rel. Min. Joaquim Barbosa, j. 27/10/2010, DJ 20/6/2011.

<sup>8</sup>STF — Pleno, RE 633.703/MG, Rel. Min. Gilmar Mendes, j. 23/3/2011, DJ 18/11/2011.

<sup>9</sup>STF — Pleno, ADI 939/DF, Rel. Min. Sydney Sanches, j. 15/12/1993, DJ 18/3/1994.

<sup>10</sup>STF — Pleno, ADI — MC 2.325/DF, de minha relatoria, j. 23/9/2004, DJ 6/10/2006.

<sup>11</sup>STF — Pleno, RE 566.032/RS, Rel. Min. Gilmar Mendes, j. 25/6/2009, DJ 23/10/2009.

<sup>12</sup>STF — Pleno, RE 601.967/RS, de minha relatoria, j. 9/12/2010, DJ 2/3/2011; STF — Pleno, RE 603.917/SC, Rel. Min. Rosa Weber, j. 7/4/2011, DJ 5/8/2011.

<sup>13</sup>STF — Pleno, RE 584.100/SP, Rel. Min. Ellen Gracie, j. 25/11/2009, DJ 5/2/2010. <sup>14</sup>Foi com base nessas premissas que votei, no Recurso Extraordinário nº 131.741/SP, de minha relatoria, a favor da condenação da Administração Pública em indenizar contribuinte quando mudança de orientação interpretativa sobre aplicação de lei tributária, anteriormente formulada em consulta tributária, trouxer prejuízos para o consultante. Foi acompanhado pela unanimidade dos membros da Segunda Turma do Supremo. O pronunciamento ficou assim ementado: TRIBUTÁRIO — CONSULTA — INDENIZAÇÃO POR DANOS CAUSADOS. Ocorrendo resposta a consulta feita pelo contribuinte e vindo a administração pública, via o fisco, a evoluir, impõe-se-lhe a responsabilidade por danos provocados pela observância do primitivo enfoque (j. 9/4/1996, DJ 24/5/1996).



ADVOCACIA **GANDRA  
MARTINS**

Professor Doutor Ives Gandra da Silva Martins

Jurista e Titular da Advocacia Gandra Martins

# O CONTRABANDO

**D**r. Ives Gandra da Silva Martins, Professor Emérito das Universidades Mackenzie, UNIP, UNIFIEO, UNIFMU, do CIEE/O ESTADO DE SÃO PAULO, das Escolas de Comando e Estado-Maior do Exército — ECEME, Superior de Guerra — ESG e da Magistratura do Tribunal Regional Federal — 1ª Região; Professor Honorário das Universidades Austral (Argentina), San Martin de Porres (Peru) e Vasili Goldis (Romênia); Doutor Honoris Causa das Universidades de Craiova (Romênia) e da PUC-Paraná e Catedrático da Universidade do Minho (Portugal); Presidente do Conselho Superior de Direito da FECOMERCIO-SP; Fundador e Presidente Honorário do Centro de Extensão Universitária — CEU/Instituto Internacional de Ciências Sociais — IICS.

Comenta-se que a denominada “indústria do contrabando” acarreta prejuízo de aproximadamente 100 bilhões de reais por ano ao país, prejudicando internamente a indústria nacional e estimulando a criminalidade lucrativa, sem riscos maiores.

O combate maior a tal “indústria da descompetitividade”, que prejudica o Fisco e as empresas, é particularmente difícil no Brasil, país com fronteiras continentais e sem condições reais de controlá-las, levando em consideração que muitos de nossos países vizinhos também encontram dificuldades de dar combate à marginalidade dos que atuam nessa espécie de delito, em seus próprios territórios.

Acrescente-se a extensa área litorânea, em que o controle e a fiscalização pela guarda marítima se tornam complexos e insuficientes. Temos, por outro lado, uma crônica deficiência, na Polícia Federal, não em nível da qualidade de seus quadros — hoje dos melhores do mundo —, mas na quantidade de seus elementos, visto que são 1.700 delegados atuando no país, com mais de 570 vagas não preenchidas.

Por outro lado, a lamentável chaga que atingiu os escalões do poder, nos governos anteriores, gerando o maior escândalo de corrupção da história do mundo, tem obrigado parcela dos

delegados da Polícia Federal a se deslocar para investigações e combate a tal deletéria corrosão da moral pública, com o que a cobertura das fronteiras se torna mais difícil.

As próprias Forças Armadas, que tem parcela de seus contingentes nas fronteiras, conta com números insuficientes, pois, para 200 milhões de brasileiros, são 330.000 militares, dos quais 220.000 no Exército, inclusive com reservistas, 55.000 na Aeronáutica e 55.000 na Marinha.

É bem verdade que, com o sucesso de lançamento de recente satélite brasileiro nas Guianas, o monitoramento do território nacional será muito melhor, com abrangência de toda a sua extensão. Mesmo assim, estamos longe de atingir o nível que os países mais desenvolvidos e de extensão territorial semelhante têm. O controle faz-se também via Polícias Civil e Militar, no que concerne ao combate ao crime interno, mas que atuam fundamentalmente na circulação dos produtos criminosamente ingressados no território nacional.

A participação da Receita Federal é relevante, mas sofre das mesmas insuficiências de quadros necessários para conter o mal, visto que a maioria de seus servidores está dedicada ao controle dos tributos incidentes sobre o patrimônio, renda e circulação de bens e serviços. O certo, todavia, é que a luta contra o contrabando, embora se tenha aprofundado nos últimos tempos, carece ainda de um sistema eficiente, capaz de detectar o crime em sua origem, isto é, no ingresso do produto contrabandeado no país.

Nessa linha, o **contrabando de cigarros é o mais lucrativo**, pois se trata de um produto de fácil transporte e de alta tributação. É de se lembrar também que o roubo de cargas de cigarros é enorme por tais delituosos benefícios. Muitas companhias de seguro se negam a segurar tais mercadorias. É que nos **cigarros** o IPI ultrapassa em muito o valor do produto, tornando o contrabando e o roubo atividades criminosas particularmente atrativas. As penas de descaminho, penal e tributariamente mais graves que aquelas da sonegação clássica, dolosa ou culposa, ainda são incapazes

de atemorizar os contrabandistas, que, como os narcotraficantes, usufruem de uma rede de facínoras espalhada pelo país.

O interessante é que a mais tradicional forma de tributação, a mais clássica, a mais antiga, é a de fronteira, desde os tempos primeiros da História. No Novo Testamento, Cristo contesta a cobrança de tributos sobre os naturais da terra, e não sobre os estrangeiros, e a circulação de seus produtos, mas, para não escandalizar, fez um milagre: Pedro pescou um peixe que tinha na boca moeda de especial valor para pagar o tributo para os dois. A carga tributária, à época, era menor, e Cristo precisou de um milagre para pagar seus tributos. Nós, no Brasil, sufocados por uma carga esmagadora, infelizmente não sabemos fazer milagres para suportar o escorchante nível de tributos.

Na própria Idade Média, quando as feiras e o comércio entre feudos eram comuns e os reinos, fracos, com senhores feudais fortes — menos em Portugal —, a tributação sobre a circulação era a mais rentável, pois, de rigor, os nobres detentores de grandes propriedades não pagavam tributos e eram sustentados pelos tributos de seus servos. Não sem razão, a expressão “escravos da gleba” caracterizava esse tipo de “confisco real” ou “confisco pela nobreza”, próprios da época.

Sendo, pois, tal forma de tributação a mais antiga, a primeira a ser punida criminalmente, inclusive no país — a criminalização por sonegação é posterior à por descaminho e à por contrabando —, vê-se que seu combate vem de priscas eras e, apesar de todas as fórmulas aperfeiçoadas para o controle, ainda constitui fonte importante de renda para a criminalidade, devendo ser combatida sem tréguas.

À medida, todavia, que avança a tecnologia — e o controle via satélite passa a ser mais efetivo e abrangente —, creio que um passo importante seja dado para reduzir essa chaga da descompetitividade, que o crime organizado no país termina por criar. Tenhamos esperança nos novos métodos e no avanço tecnológico de combate ao contrabando.



Polícia Federal em ação.



Doutor Ruy Martins Altenfelder Silva

Presidente da Academia Paulista de Letras Jurídicas

# ÉTICA PARA UM BRASIL MELHOR

Os princípios éticos são fundamentos importantes para nortear as ações das pessoas num país que se pretenda verdadeiramente democrático e justo. Não se trata de uma sociedade utópica, como a construída por Thomas Morus, mas de práticas perceptíveis e necessárias; porém, vergonhosamente “esquecidas” nos dias atuais.

Ao acompanhar diariamente o noticiário, o cidadão depara-se com relatos de denúncias de corrupção, desmandos e abusos de autoridades em diferentes níveis e de mau uso do dinheiro público — ações essas que remetem claramente a questões de desvios éticos e morais. E, como uma praga que se dissemina, tais práticas atraem seguidores em velocidade e reverberação impressionantes.

Um dos antídotos mais eficazes para essa ameaça letal à liberdade, à democracia e à civilidade é a educação. Tanto aquela que aprendemos dentro de casa, desde os primeiros anos de vida, com os pais, como também aquela transmitida na escola por mestres, na melhor acepção da palavra. As instituições de ensino precisam assumir o compromisso de educar seus alunos conforme os princípios da ética e da democracia.

Quando se incutem na criança e no jovem tais conceitos, quase certamente eles os seguirão na idade adulta — pautando desde os pequenos atos do dia a dia até os grandes momentos do exercício da cidadania.

É o momento mais do que propício para pôr em debate e cobrar uma postura clara, geral e irrestrita em favor da ética. Postura que deverá ter início com o apoio de todas as instâncias

do poder público e da sociedade organizada a um projeto educacional destinado a formar cidadãos dotados de capacidade crítica e de saberes que os tornem aptos a atuar, nas mais variadas esferas sociais, com competência, responsabilidade e consciência cívica.

Não se trata apenas de uma questão de moral nem restrita à educação. A ética está acima da moralidade; é, na verdade, um valor inerente aos direitos e deveres dos cidadãos. Mas não um valor que nasce por geração espontânea; ao contrário, resulta de decisão individual refletida e seguida de uma prática vigilante e diuturna. Aristóteles, com toda a sua sabedoria, já dizia na Antiguidade clássica que “nenhuma das virtudes morais surge em nós por natureza; adquirimo-las por exercício”. Porém, atualmente, nas escolas predomina a quase obsessão pelo sucesso nos vestibulares (a bem da verdade, isso também ocorre na maioria das famílias) ou por modismos didático-pedagógicos, permeados de vieses ideológicos que desvirtuam a transmissão de conhecimentos e mandam para escanteio a construção dos valores éticos nos alunos. Isso sem falar nos prejuízos causados ao aprendizado pela sucessão de tais mudanças, que acabam por constituir pseudorreformas do ensino, visto que resultam em crescente evasão e deficiência do desempenho dos alunos. Não é descabido associar a esse cenário a crescente onda de violência que marca as ruas, que vem invadindo os muros escolares e estimula a formação das verdadeiras gangues de bairro ou de torcidas organizadas. Os frutos? Ações e ilícitos que configuram desrespeito contínuo à lei e à ordem jurídica, denotando a rarefação dos parâmetros de convivência civilizada em sociedade.

Os professores têm papel fundamental na formação dessa juventude que dirigirá a economia e conduzirá o desenvolvimento do país. Com exemplo e coragem, devem mostrar a seus alunos a importância da aceitação de limites, dos valores — solidariedade, compromisso, honestidade, estudo, trabalho — e do respeito às normas e aos princípios que deles decorrem. Isso vale tanto para o relacionamento entre chefia e subordinados no mundo corporativo como para professores e alunos em sala de aula, ou para pais e filhos na convivência familiar.

E o professor — esse profissional pouco valorizado pela sociedade, negligenciado pelo poder público, sem formação adequada e com remuneração quase tão baixa quanto a sua autoestima — é um pilar importante para propagar esses conceitos.

Por tudo isso, merece ter seu papel resgatado por todos e cada um em particular — afinal, esse processo se enquadrará nos casos em que, pelo valor da emulação, o total poderá ser maior do que a soma das partes. A Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) estabelece que a escola deve ser um local de formação de cidadãos e difusão de valores que inspirem cidadania e ética. Mas, para que ela realize missão de formadora de novas gerações, é necessário que o governo e a sociedade também a consagrem como espaço da ética, resgatando a autoridade dos mestres e colaborando para o aprimoramento de suas relações com a comunidade, os pais e os alunos. Até porque disseminar os princípios éticos na escola é, antes de tudo, garantir uma sociedade mais justa e mais humana para as novas gerações.





ACADEMIA INTERNACIONAL DE DIREITO E ECONOMIA

Doutor Ney Prado

Presidente da Academia Internacional de Direito e Economia

# O FUTURO DA JUSTIÇA DO TRABALHO NO BRASIL

**D**r. Ney Prado, Desembargador Federal do Trabalho Aposentado do TRT2.

O desejável seria adotar para o Brasil um modelo de solução de conflitos individuais e coletivos totalmente privados, ou seja, sem qualquer ingerência da Justiça do Trabalho ou de qualquer outro poder da República. Mas, em não sendo possível eliminar, totalmente, a presença do Estado na solução dos conflitos trabalhistas, o grande desafio que se nos apresenta na configuração de uma profunda reforma nesse ramo especializado do Judiciário é identificar:

- o grau necessário de intervenção da Justiça do Trabalho;
- o momento em que a intervenção se deve dar;
- os tipos de conflitos que devem sofrer a intervenção; e
- os meios necessários que devem ser utilizados para diminuir a intervenção.

Portanto, quatro são as grandes indagações: quanto, quando, onde e como intervir. A reforma aqui proposta responde a essas indagações da seguinte forma:

**Quanto?** — O mínimo de intervenção indispensável. O princípio nuclear que preside a proposta é o da prevalência da solução extrajudicial sobre a confrontação judicial.

**Quando?** — As penas em caso de impasse nas negociações diretas ou na hipótese de ser a intervenção

solicitada consensualmente pelas partes envolvidas no conflito.

**Onde?** — Apenas nos dissídios de natureza jurídica. O princípio nuclear é o da prevalência do negociado sobre o legislado.

**Como?** — De seis formas: a primeira, estimulando a conciliação, a mediação e a arbitragem voluntárias como técnicas alternativas de solução de conflitos; a segunda, criando órgãos extrajudiciais de solução de conflitos no âmbito da empresa ou intersindicais, tais como comissões paritárias de conciliação, conselhos de empresa e comissões intersindicais; a terceira, enxugando a estrutura organizacional e burocrática da Justiça do Trabalho com a criação do Juizado de Pequenas Causas Trabalhistas; a quarta, simplificando as normas que regulam seu funcionamento; a quinta, mudando a mentalidade dos juízes e dos operadores do Direito; e a sexta, acabando com a “indústria” dos processos.

O debate sobre o futuro da Justiça do Trabalho transformou-se em uma das matérias prioritárias da agenda juspolítica nacional. Vem ocupando a atenção de doutrinadores, operadores do Direito, sindicalistas, empresários e políticos de todos os partidos e diferentes matizes ideológicos.

Entre as correntes mais expressivas, podemos classificar três delas: a conservadora, a radical e a reformista. A primeira defende a preservação da

Justiça do Trabalho basicamente como está, em termos de organização, composição e competência; a segunda sustenta a necessidade de se extinguir a Justiça do Trabalho, integrando-a na Justiça Federal; e a terceira corrente entende que se deve manter a Justiça do Trabalho, desde que passe por uma profunda reforma.

A tese que nos mais sensibiliza é a da reforma da Justiça do Trabalho, e não sua extinção pura e simples, pelos seguintes argumentos básicos:

- as verdadeiras causas da deficiência da Justiça do Trabalho são exógenas, estão situadas na má qualidade da legislação e também na cultura do dissídio, traço manifestamente negativo de nossa formação.

De fato, enquanto nossa legislação vigente for inautêntica, preconceituosa, detalhista, inflexível, contraditória, corporativista, paternalista e onerosa, continuaremos a assistir ao progressivo aumento do número de processos sob a apreciação da Justiça do Trabalho, em que pesem os esforços e a dedicação do juiz.

A verdade é que o modelo corporativo não pode mais vingar. Torna-se, portanto, imperioso repensar nosso sistema judicante intervencionista, adequando-o às novas tendências mundiais e à nova ordem política e econômica existente no Brasil. Um modelo de solução que não ignore as demandas pela desregulamentação, pela flexibilização e pela descentralização.





**Professor Arnaldo Niskier**

Ex-Presidente da Academia Brasileira de Letras (ABL)

# A ARTE DE ENSINAR

Sabe-se que o segredo para notas excelentes e estudantes bem-sucedidos não são os colégios elegantes, turmas pequenas ou equipamentos mirabolantes. São os professores. É a principal conclusão da matéria “Como fazer um bom professor”, publicada na revista *The Economist* de 11 de junho de 2016. Educar é uma arte, e, como tal, deve ser dada a devida atenção.

Melhorar a qualidade do ensino passa pela ideia de melhorar o professor. Infelizmente, não é o que acontece na grande maioria dos nossos cursos de formação de professores, inclusive nos de Pedagogia. Com uma estrutura centenária, repetindo fórmulas de mais de um século, como esperar melhor organização das aulas? O planejamento escolar é deficiente, o que torna praticamente impossível transformar professores médios em ótimos. Estamos sempre à espera de milagres certamente improváveis.

Há um grande número de futuros mestres convencidos de que, para alcançar o sucesso, bastaria comprar lousas digitais ou computadores. O resto vem naturalmente, o que não é verdade, numa sociedade que ainda não aprendeu a valorizar também o uso devido de bibliotecas, escassas em quantidade e qualidade.

Um diretor de escola, certa vez, me disse que, na escola que dirige, o classificado em último lugar em Psicologia somou mais pontos no Enem que o primeiro colocado em Pedagogia. Como esperar bons professores com tão pobre recrutamento?

O Brasil tem um sistema de formação de professores que precisa de alterações profundas. Há, nas universidades brasileiras, um compromisso reduzido com a formação de docentes para a educação básica.

Em recente conferência realizada no país, o sociólogo português António Nóvoa, Reitor honorário da Universidade de Lisboa, defendeu a criação de um “lugar institucional” que assumisse a responsabilidade de formar professores. Nesse “lugar” deveria haver uma forte presença das escolas e dos professores, permitindo que os estudantes das licenciaturas se socializassem, desde o primeiro ano, adquirindo uma cultura profissional docente.

A formação continuada se faz, dentro da profissão, através de reflexões sobre a experiência e o trabalho docente, procurando as melhores soluções e caminhos para a educação dos alunos. Cursos, seminários e palestras têm as funções de convívio e contato com ideias e autores, mas não são satisfatórios como formação continuada. É preciso cooperação, reflexão e pesquisa constantes sobre o trabalho docente.

O filósofo francês Michel Serres (1930), autor de mais de 60 livros publicados ao longo de 50 anos de trabalho, destaca a diferença, em língua francesa, entre educar (éduquer) e instruir (instruire). Instruir é dar a informação sobre um conhecimento. Trata-se de ciência, de transmissão de conhecimentos, como a matemática, a gramática etc. Obviamente, isso não é educar. Educar é formar uma pessoa, em seu sentido mais amplo. Em toda educação há a instrução, de alguma forma.

“Pedagogia” veio da palavra grega *paideia*, que surgiu, justamente, no mesmo momento em que se inventou a escrita. A educação, em outros momentos, era feita através da palavra oral — alguém que cantava ou falava, e era preciso repetir o que se dizia. Desde o momento que se inventou a escrita, era possível reter, diante dos olhos, algum registro do que era ensinado. Logo, a pedagogia mudou, a partir daquele instante. Obviamente, a escola mudou completamente quando surgiu o livro.

Serres chama a atenção para a era digital como a terceira revolução na história da Humanidade. A primeira foi a escrita. A segunda, o livro. A terceira, o digital. É preciso estar atento, não somente aos novos lançamentos da parafarmácia tecnológica, mas, principalmente, às mudanças que o digital provoca na forma como as crianças pensam, como usam o cérebro, como acessam o conhecimento, como se relacionam e como se comunicam. Essas mudanças trazem uma verdadeira revolução na aprendizagem e, obviamente, na escola.

É essencial compreender a importância dessas transformações. O acesso à informação é hoje imediato, fácil e disponível a todo mundo pelas novas tecnologias. É possível que estejamos, pela primeira vez na história da escola, perante uma “revolução de baixo”. Até hoje, as mudanças foram sempre pensadas a partir “de cima”, pelos reformadores, pelos políticos, pelos pedagogos. Agora, a revolução se impõe “de baixo”, pela forma como as crianças pensam e acessam o conhecimento. Elas estão nos obrigando a mudar as escolas e a própria educação.

Temos 2,5 milhões de professores no Brasil. Trata-se de um recurso estratégico do país, na busca da formação adequada das novas gerações. Inovar não se consegue apenas repetindo velhas lições, hoje ultrapassadas. Temos de considerar o princípio de que se deve pensar diferente, adotando os postulados

da modernidade, em muitos casos encontrados em bons livros nacionais e estrangeiros. Boas bibliotecas são raridade.

Estamos em busca de uma nova cultura no ensino, ao mesmo tempo em que se deve procurar a valorização da carreira do magistério. Invasões de escolas, como se tornou moda, ou mesmo greves prolongadas por melhores salários, sacrificando a normalidade do ano letivo de 200 dias, talvez mereçam uma rediscussão. É certo que fica difícil evoluir na matéria com salários indignos, como são praticados hoje em nosso país.

A Humanidade precisa de educadores que possibilitem transformar as informações em conhecimento e em consciência crítica, para formar cidadãos sensíveis e que busquem um mundo mais justo e mais saudável para todos. O Plano Nacional de Educação (PNE) dedica quatro de suas 20 metas aos professores: prevê formação inicial, formação continuada, valorização do profissional e plano de carreira. Para que se tenha uma dimensão do trabalho que o país tem pela frente, entre os 2,2 milhões de docentes que atuam na educação básica do país, 24% não possuem a formação adequada, conforme dados do Censo Escolar de 2014.

Não se deve abandonar a ideia da presença da criatividade nem do desenvolvimento nos alunos do que chamamos de pensamento crítico. Bem faz o Estado de São Paulo quando coloca no seu Plano Estadual de Educação itens como a promoção do Regime de Dedicção Plena e Exclusiva, por meio de incentivos incorporáveis aos salários. Um bom professor tem um papel fundamental na vida do aluno. Por aí existe um caminho.

Uma sociedade desenvolvida é uma sociedade esclarecida. E o esclarecimento vem, principalmente, ainda, através dos professores. A decisão sobre como devem ser formados os novos profissionais impacta no projeto educacional de qualquer nação.

## Atualização socioeducativa

O sucesso econômico e uma cultura de inovação contínua dependem da capacidade de atualização socioeducativa. A tradição educativa ocidental tem determinado uma educação voltada para o saber cumulativo de conteúdos, intimamente ligado ao comportamento verbal dos professores, em que a preocupação maior é a obtenção de grau quantitativo, e não qualitativo.

Esse modelo de escola já não nos leva a uma aprendizagem efetiva, pelo fato de estar em desarmonia não só com as mudanças de comportamento quanto aos avanços tecnológicos.

A metodologia de ensino tradicional da Literatura, como disciplina, no Ensino Médio, ainda se foca na periodização literária, no acúmulo de teoria. Não estimula, dessa forma, o jovem estudante a pensar. A matéria deveria ter como premissa primordial formar leitores críticos.

É preciso uma reestruturação efetiva do ensino da disciplina, objetivando o desenvolvimento crítico do pensamento, tão importante para facilitar a argumentação nas redações propostas pelo Enem. Textos contemporâneos, mais próximos da realidade dos alunos, romperiam o bloqueio inicial que se cria ao apresentar a Literatura ao estudante a partir, por exemplo, de obras do trovadorismo, classicismo, barroco etc.

É imprescindível que o professor abandone o preconceito destinado a certos tipos de leitura. Não se deve ter preconceito quando um jovem manifesta interesse por um tipo de livro. Qualquer livro é melhor do que livro nenhum.

O Brasil detém uma das piores posições no ranking dos não leitores em todo o mundo. Dados oficiais informam que no país se lê pouco; a população de leitores, embora cresça em números absolutos, mantém-se estável em números relativos. No universo dos letrados não se consegue ler sequer cinco livros por ano. Não se criou o gosto pela leitura. E o mercado editorial, de 2015 para cá, encolheu 12,6%.

A escola tem poder para promover essas mudanças e fazer da leitura um instrumento de libertação. Considerando que o país vive a triste dicotomia “escolas do século XIX, professores com recursos do século XX e alunos conectados com o século XXI”, percebe-se o despreparo de instituições para envolver e canalizar ações pedagógicas eficazes.

## Arte e política

Em 1516, o escritor londrino Thomas Morus inventou o neologismo “ou-topia” — “não-lugar” — articulando as palavras gregas “ou”, “não” e “topos”, lugar. Portanto, utopia quer dizer, literalmente, “o que está

em nenhum lugar”. Na pronúncia inglesa, é formada uma homofonia de ou-topia (não-lugar) e eu-topia (terra de felicidade), o que gerou uma ambiguidade intencional.

Conectada ao chão histórico do qual surge, a utopia sempre corresponde aos desejos e esperanças coletivas de seu tempo. Partindo de elementos reais, constrói histórias possíveis, cenários que a história não realizou. Para a disciplina do utopista, o mundo não é apenas aquilo que se nos apresenta, mas é também aquilo que está oculto. Para o bem e para o mal. A utopia possui a sua própria história, que de certa maneira é a história do inconformismo intelectual diante das formas do mundo estabelecido.

Ao mesmo tempo em que se percebe inevitável, entre nós, a incorporação das utopias contemporâneas, nota-se o desenho de uma descrença generalizada no povo brasileiro. Como encontrar um caráter diagramático, com um nicho de possibilidades, para enfrentar a realidade?

A política não participa, a priori, da ontologia de uma obra de arte: a aproximação entre elas deve ser investigada sob a categoria da possibilidade, e não da necessidade. Se nós partimos do princípio de que a arte é a expressão cultural de um povo, que as diversas artes existentes exprimem a vontade, a cultura, a liberdade de um povo, tanto quanto expressam o belo, então, é perfeitamente concebível o uso da estética para traduzir um conjunto de valores políticos. As artes, como o teatro, a música, a Literatura, o cinema, podem traduzir tanto situações comuns do cotidiano quanto relações de poder e dominação, ideologias e formas de organização política. Quanto mais diversificada a arte em um país, maior a sua cultura e educação, resultando numa nação mais bem preparada e mais desenvolvida.

No mundo todo, poucos professores são suficientemente bem preparados. Em países pobres, muitos recebem pouco treinamento. Um relatório recente verificou que, em 31 países, mais de um quarto de professores de escolas primárias não havia atingido o padrão nacional (mínimo). Em países ricos, o problema é mais sutil. Os professores se qualificam, seguindo um curso longo, que, normalmente, envolve discussões rasas sobre diversas teorias. Alguns desses cursos, inclusive mestrados em educação, não têm nenhum efeito sobre como os alunos dos seus graduados acabam sendo ensinados. As escolas negligenciam os seus alunos mais importantes: os próprios professores.

É preciso aprender como transmitir conhecimentos e preparar jovens mentes para recebê-los. Bons professores definem objetivos claros, aplicam padrões altos de comportamento e administram o tempo em sala de aula com sabedoria. Com o ensino, o caminho para a maestria não é uma teoria confusa, mas, sim, uma intensa prática orientada, baseada no conhecimento do assunto e métodos pedagógicos.

Os estagiários deveriam passar mais tempo em sala de aula. Os lugares onde os alunos têm o melhor desempenho, por exemplo, Finlândia, Singapura e Xangai, fazem professores inexperientes passar por um aprendizado exigente. Na América, as escolas com alto desempenho ensinam os estagiários em sala de aula e dão orientações e feedback a eles. Acertar nos incentivos ajuda. Em Xangai, os professores ensinam somente de 10-12 horas por semana, menos que metade da média americana, de 27 horas.

Estudos recentes da Universidade de Harvard destacam o poder do bom ensino. Mas uma pergunta persegue os criadores de políticas: “Bons professores nascem bons ou se tornam bons?”. Preconceitos na cultura popular sugerem a última opção. Professores ruins são vistos como pessoas preguiçosas e que não gostam de crianças. Edna Krabappel, de *Os Simpsons*, trata as aulas como obstáculos para chegar aos intervalos. Enquanto isso, professores bons e inspiradores são vistos como pessoas dotadas de dons sobrenaturais. Em 2011, um levantamento sobre atitudes em relação à educação verificou que essas visões refletem no que as pessoas acreditam: 70% dos americanos acreditavam que a habilidade de ensinar resultava mais de talento inato que de treinamento. Elizabeth Green, a autora de *Formando Mais que um Professor*, chama isso de “mito do professor inato”.

As instituições que preparam professores precisam ser mais rigorosas — assim como um século atrás, em que escolas de medicina aumentaram o nível dos médicos introduzindo currículos sistemáticos e fornecendo experiência clínica.

Mudanças nos sistemas escolares serão irrelevantes se não mudarem como e o que as crianças aprendem. Para isso, o que importa é o que os professores fazem e acham. A resposta, afinal, está na sala de aula.





Embaixador Li Jinzhang

Embaixada da República Popular da China no Brasil

# MOMENTO OPORTUNO PARA APROFUNDAR A COOPERAÇÃO SINO-BRASILEIRA

**H**á pouco tempo, um reality show muito popular na televisão chinesa gravou sua terceira temporada no Brasil. Este país, mais uma vez, impressionou e encantou o público chinês com o ritmo do samba, o Carnaval contagiante e as praias paradisíacas. Trata-se de mais uma prova do crescente entusiasmo dos dois povos de se conhecer e de se entender melhor.

Embora separados por vastos oceanos, a China e o Brasil têm uma longa história de intercâmbio. Há mais de duzentos anos, o primeiro grupo de chineses cruzou os mares trazendo ao Brasil as técnicas do cultivo do chá, e, com isso, iniciou-se um relacionamento cada vez mais intenso. Com o estabelecimento das relações diplomáticas em 1974, os dois países abriram um novo capítulo nessa história. Desde então, os laços bilaterais vêm-se fortalecendo continuamente: o Brasil tornou-se o primeiro país em desenvolvimento a estabelecer uma Parceria Estratégica com a China e o primeiro na América Latina a firmar uma Parceria Estratégica Global. Durante sua visita ao Brasil em 2014, o Presidente chinês Xi Jinping propôs a criação de uma comunidade de destinos comuns, oferecendo uma perspectiva promissora para o futuro das relações.

É sólida a confiança estratégica mútua. Em sintonia com os princípios de respeito e igualdade e sob uma perspectiva estratégica e de longo prazo, a China e o Brasil desenvolvem suas relações de forma positiva e aprofundam sua confiança política, de modo que se faça desse relacionamento um exemplo para a cooperação Sul-Sul. As frequentes visitas de alto nível e o aperfeiçoamento de mecanismos como a Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (Cosban) contribuem para orientar o desenvolvimento das relações. O Diálogo Estratégico Global em nível de Chanceleres aumenta ainda mais o entendimento e o apoio mútuos entre os dois governos. Já no âmbito legislativo, a Assembleia Popular Nacional e a Câmara dos Deputados instituíram o mecanismo de consultas regulares, o que desempenha um papel singular no reforço da confiança política bilateral.

É robusta a cooperação na esfera econômica e comercial. Em uma conjuntura de desaceleração do comércio global, as trocas comerciais entre a China e o Brasil mantiveram um volume significativo e entraram em uma fase de rápido crescimento. Em 2016, o comércio bilateral movimentou mais de US\$ 67 bilhões. Desse total, as importações chinesas alcançaram US\$ 45 bilhões, apesar das adversidades. Atualmente, a China é o maior parceiro comercial e o maior destino das exportações do Brasil, enquanto o Brasil é o maior parceiro da China na América Latina. A pauta de produtos exportados para o país asiático está cada vez mais diversificada. A China é o principal destino de desembarque de aves e carne bovina do Brasil, em um sinal de amplas perspectivas para o setor de agronegócios.

O investimento é, hoje, o novo destaque nas relações. O investimento mútuo não só cresceu em volume, como alcançou setores mais diversos e níveis mais elevados. A China tem um investimento total acumulado de US\$ 40 bilhões. Das mais de 200 empresas chinesas presentes no Brasil, muitas trabalham em áreas de alta tecnologia, como informação, novas energias e smart grid (rede elétrica inteligente). Elas estão promovendo a localização da equipe de gestão e contribuem para a informatização, a industrialização e a "inteligentização" da sociedade brasileira.

A cooperação financeira oferece uma garantia crucial para alavancar as cooperações econômica e comercial. No âmbito bilateral, está sendo implementado o Fundo de Cooperação Industrial Brasil-China com um capital disponível de US\$ 20 bilhões, e as instituições financeiras dos dois países estão buscando diversos instrumentos de investimento e de financiamento. Um acordo bilateral de swap de moeda local já foi assinado. No plano multilateral, o Novo Banco de Desenvolvimento já está em operação e concedeu o primeiro empréstimo para apoiar projetos de energia limpa nos países membros, como a China e o Brasil. Além disso,

estão sendo implementados vários fundos direcionados para a América Latina, como a linha de crédito de US\$ 35 bilhões e os US\$ 30 bilhões do Fundo Chinês para Investimento na América Latina (ClaiFund). A viabilização desses arranjos financeiros bilaterais e multilaterais certamente oferecerá uma sólida garantia de financiamento para as cooperações.

Intensificaram-se os intercâmbios nos campos de ciência e tecnologia, defesa e cultura, com avanços estáveis em projetos como cidades inteligentes, veículos elétricos, expedições polares, satélites e pesquisa aeroespacial. As trocas de visitas entre as duas Forças Armadas tornaram-se mais frequentes, e a cooperação na área de defesa segue uma boa tendência. Já na área humana, há 13 Institutos e Salas de Aula Confúcio em funcionamento no Brasil, o maior número em toda a América Latina, enquanto, na China, mais de 30 universidades oferecem cursos de língua portuguesa, dando impulso para o entendimento e a amizade entre os dois povos.

A cooperação em fóruns multilaterais tem sido frutífera. Na condição de nações emergentes com influência internacional, os dois países compartilham o desejo de reformular a atual ordem mundial por meio da multipolarização e assumem, junto com os outros, a responsabilidade de salvaguardar a paz e promover o progresso comum. Possuímos posições semelhantes em relação às principais questões internacionais e regionais, como a reforma do sistema financeiro internacional, mudanças climáticas e o desenvolvimento sustentável, e mantemos estreita cooperação nos mecanismos multilaterais como ONU, OMC, G20 e BRICS. Membros importantes nestes últimos dois blocos, estamos juntos para defender a melhoria da governança global, o que confirma o caráter abrangente e estratégico de nossas relações. No ano passado, no decorrer dos preparativos para a Cúpula de Hangzhou do G20, por meio de intensa comunicação e coordenação, elaboramos, em parceria com as partes envolvidas, uma estratégia de crescimento global do comércio e diretrizes para políticas de investimento mundial. Além disso, o intercâmbio e a cooperação no quadro do Fórum China-CELAC foram consolidados de modo que fosse aperfeiçoado esse mecanismo de fomento da cooperação entre os dois lados.

Maiores nações em desenvolvimento dos Hemisférios Oriental e Ocidental, a China e o Brasil, na qualidade de principais economias emergentes, possuem crescentes interesses comuns e uma brilhante perspectiva para futuras cooperações. Estamos em um novo ponto de partida da História e devemos aproveitar a oportunidade e tomar o impulso para levar nossa Parceria Estratégica Global a um novo patamar.

Aumentar a confiança política mútua para sermos parceiros estratégicos em todas as circunstâncias. Os dois lados devem continuar a respeitar e a apoiar o caminho do desenvolvimento e as políticas internas e externas adotadas conforme suas próprias condições nacionais e persistir no entendimento e no apoio em relação a questões de interesses centrais e às principais preocupações, estabelecendo, assim, uma sólida base política para o desenvolvimento saudável e de longo prazo das cooperações pragmáticas.

Fortalecer a coordenação das estratégias para consolidar uma parceria de desenvolvimento com ganhos recíprocos. O governo chinês definiu a meta de crescimento deste ano para cerca de 6,5%. Estima-se que, nos próximos cinco anos, a China vai importar US\$ 8 trilhões em produtos e fazer um investimento no exterior na ordem de US\$ 750 bilhões, enquanto turistas chineses farão mais de 700 milhões de viagens internacionais. Por outro lado, o Brasil está melhorando seu ambiente de negócios, lançando uma série de iniciativas, como o Programa de Parceria de Investimentos, para levar a economia a uma trajetória de recuperação. Devemos casar nossas estratégias de desenvolvimento para conectar as cadeias produtivas, ampliando as cooperações no investimento industrial, na capacidade produtiva e na infraestrutura e criando novos pontos de crescimento.

Expandir a convergência de interesses para sermos parceiros na promoção de reformas. A China está aprofundando as reformas e ampliando a abertura, especialmente na aceleração da implementação de uma estratégia de zonas de livre comércio, formando uma rede mundial de alto padrão. A América Latina é um importante integrante disso. O Brasil também está levando adiante reformas estruturais, fortalecendo sua competitividade econômica ao promover negociações de acordos de comércio no quadro do Mercosul com países dentro e fora da região. Devemos aproveitar nossa sinergia estratégica e a complementaridade econômica para fortalecer a coordenação de políticas macroeconômicas e eliminar ainda mais as barreiras comerciais. Vamos adotar diversas medidas para aumentar o nível de facilitação do comércio e promover a diversificação da pauta comercial, incrementando, especialmente, a participação de produtos de alto valor agregado nas trocas comerciais e fomentando a cooperação no comércio de serviços e de e-commerce. Ao mesmo tempo, devemos estudar o lançamento de medidas para a promoção, a facilitação e a proteção dos investimentos. Vamos criar um ambiente mais estável e mais previsível para o investimento, ampliando nosso comércio e investimento e dando impulso para os respectivos processos de reforma.

Reforçar a concertação internacional para sermos parceiros globais de apoio mútuo. O mundo passa por mudanças profundas, e a estrutura econômica mundial enfrenta cada vez mais instabilidade e incerteza. Em uma conjuntura de recuperação anêmica, a direção política e as externalidades das principais economias ainda são um grande variável; a retórica "antiglobalização" e o protecionismo estão ganhando força, desafiando o sistema multilateral de comércio; e, com o crescente risco geopolítico, aumentam os conflitos regionais e pontuais. Esses fatores colocam em xeque o progresso e a cooperação de todos os países do mundo, particularmente os das economias emergentes. Nesse contexto, devemos aproveitar a 9ª Cúpula dos BRICS para reforçar, junto com os membros do bloco, a coordenação na governança global para fazer firme oposição ao protecionismo, defender o sistema multilateral de comércio tendo como núcleo a OMC, liderar a reforma do sistema financeiro internacional com o objetivo de aumentar a representatividade e a voz dos mercados emergentes e das nações em desenvolvimento, assim como conduzir a ordem internacional para uma evolução mais justa e equitativa.

Fortalecer o intercâmbio e o aprendizado mútuo para sermos grandes amigos. A amizade começa com o entendimento e a compreensão. Devemos fomentar as cooperações nas áreas de turismo, cultura, educação, juventude, mulheres, think tanks e veículos de imprensa. Por meio de atividades como Mês Cultural, Semana do Cinema e exposição de fotos, vamos enriquecer o conteúdo das cooperações pragmáticas, de modo que se aproximem os dois povos e seja promovido o intercâmbio cultural.

O Poder Legislativo desempenha um papel imprescindível na vida política de um país, e o intercâmbio entre órgãos legislativos é essencial para a compreensão e a amizade entre as duas nações. No Congresso brasileiro, foram criados três mecanismos de ampla representação, a saber: o Grupo Parlamentar Brasil-China na Câmara, o Grupo Parlamentar Brasil-China no Senado Federal e a Frente Parlamentar Brasil-China. Isso reflete a aspiração do lado brasileiro por levar adiante a cooperação entre os órgãos legislativos dos dois países e confirma que desenvolver a cooperação amistosa com a China é um consenso entre os partidos do governo e da oposição. Os legislativos devem intensificar os diálogos sobre assuntos de sua competência, aperfeiçoar os mecanismos de intercâmbio existentes e fortalecer uma base de opinião pública para favorecer as relações bilaterais, construindo, assim, um paradigma de amizade e de cooperação entre países com sistemas políticos e sociais diferentes.

Um ditado chinês diz: "No vasto mar reinam os peixes, no alto céu dominam os pássaros". Tenho a convicção de que as relações sino-brasileiras têm todas as condições de seguir de vento em popa e alcançar um desenvolvimento ainda maior para trazer mais benefícios aos dois povos.





# UNIVERSAL P

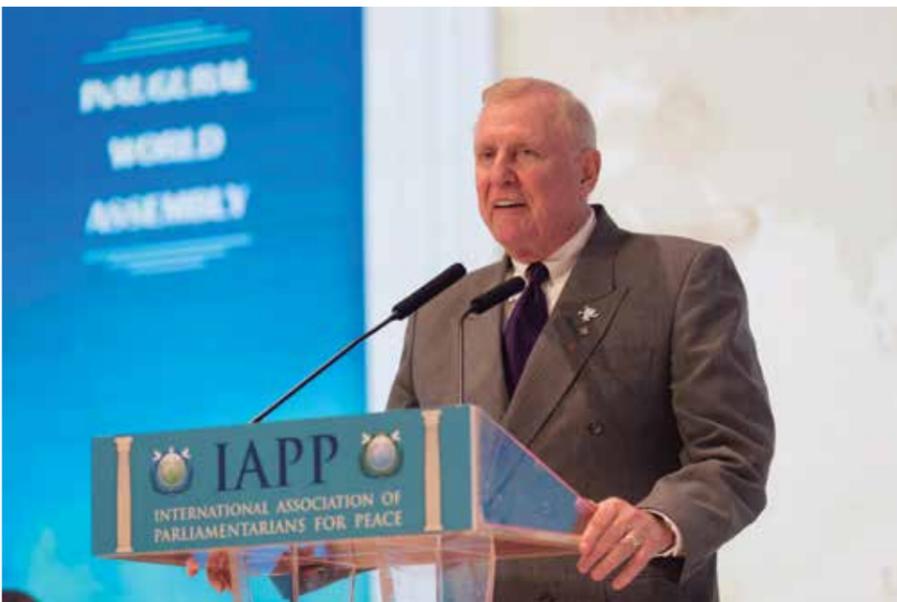
## *A Global Network of Peace*



**Dr. Hak Ja Han Moon**  
The co-founder of Universal Peace Federation – UPF and the founder of International Association of Parliamentarians for Peace – IAPP



**Dr. Sun Jin Moon**  
The chair of the Universal Peace Federation – UPF International



**Hon. Dan Burton**  
A former United States congressman and one of the co-chairs of the International Association of Parliamentarians for Peace – IAPP



**Hon. Jose de Venecia Jr.**  
A former speaker of the House of Representatives of Philippines and a co-chair of the International Association of Parliamentarians for Peace – IAPP



**Dr. Thomas G. Walsh**  
President, Universal Peace Federation – UPF



**Ambassador Joseph De Trani**  
A former special envoy of the United States to the Six-Party Talk

# PEACE FEDERATION

*rebuilders*



H.E. Federico Franco Gomez  
A former President of Paraguay



Hon. Emilia Alfaro de Franco  
A Paraguayan Senator and the former first lady of Paraguay



Hon. Paulo Pisco  
A member of Portugal's parliament



Hon. Dr. Silvia del Rosario Giacoppo  
A Senator from Argentina



UNIVERSAL PEACE FEDERATION

Seoul

# WORLD SUMMIT 2017

Peace | Security | Human Development

SEOUL, KOREA - FEBRUARY 1-5



Dr. Josué dos Santos Ferreira, the President of the Brazilian Institute of Legislative Studies - IDELB, is awarded an Ambassador for Peace Certificate by Hon. Jose de Venecia Jr., former speaker of the House of Representatives of Philippines and a co-chair of the International Association of Ambassadors for Peace.



Appointment by Universal Peace Federation – UPF with Rev. Dong-Mo Shin, Regional Chair by South America Region at Universal Peace Federation – UPF, International Conference of Parliamentarians for Peace – IAPP and Dr. Thomas G. Walsh, President, Universal Peace Federation – UPF in Seoul, Korea.



Deputada Nacional Cynthia E. Tarragó (ANR)

Câmara dos Deputados do Paraguai

# CYNTHIA ELIZABETH TARRAGÓ DÍAZ

## DEPUTADA NACIONAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS DO PARAGUAI UMA PARLAMENTAR ATUANTE E DINÂMICA TRABALHANDO SEMPRE EM DEFESA DA NAÇÃO PARAGUAIA



Deputada Nacional da Honrada Câmara dos Deputados do Paraguai, Cynthia Elizabeth Tarragó Díaz, vem trabalhando incansavelmente pelo sucesso e pelo desenvolvimento do progressista Paraguai.

Ao longo de sua consolidada carreira política, ela tem legislado de maneira responsável e com uma dinâmica profissional reveladora. Dentre seus importantes projetos de lei apresentados na Honrada Câmara dos Deputados do Paraguai destaca-se a seguinte proposição legislativa:

### “QUE FORTALECE A SEGURANÇA NO SISTEMA PENITENCIÁRIO NACIONAL”

#### O CONGRESSO DA NAÇÃO PARAGUAIA SANCIONA COM FORÇA DE

##### LEI:

##### Artigo 1º — OBJETO

O objeto da presente lei é fortalecer a segurança do sistema penitenciário nacional, dotando-o de tecnologia de ponta para os efeitos de evitar ou detectar a flagrância no cometimento de fatos puníveis dentro das mencionadas dependências e, em consequência, promover o desenvolvimento das atividades de reinserção das pessoas reclusas na sociedade mediante políticas corretivas.

##### Artigo 2º — SISTEMAS DE SEGURANÇA

Para os fins da presente lei, e gradativamente, todas as penitenciárias, prisões, delegacias de polícia ou qualquer centro de reclusão, quer seja para abrigar pessoas detidas por diversas causas legais, deverão contar com sistemas de segurança biométricos para os efeitos do controle da entrada e saída de qualquer cidadão, nacional ou estrangeiro, policial, militar ou civil, às mencionadas dependências.

Igualmente, as referidas instalações deverão contar com câmeras de segurança para os efeitos da identificação de pessoas, veículos ou qualquer outra circunstância que possa ser objeto de prevenção ou investigação de um fato punível.

##### Artigo 3º — UTILIDADE

Se, mediante os sistemas de segurança instalados, se constata a flagrância ou a tentativa do cometimento de algum fato punível, os mencionados registros servirão como elemento de prova para a investigação penal correspondente, sem prejuízo de sua eventual sujeição a perícia judicial para os efeitos de verificar sua autenticidade.

##### Artigo 4º — FONTE DE FINANCIAMENTO

Para o financiamento da instalação gradativa desta tecnologia de controle de acesso e saída aos lugares de reclusão, autoriza-se o Poder Executivo, por meio dos Ministérios de Justiça e do Interior, a gerenciar os recursos necessários para sua implementação, sejam fundos de origem nacional ou estrangeira.

##### Artigo 5º — VIGÊNCIA

A presente lei entrará em vigor seis meses após sua promulgação.

##### Artigo 6º — ÂMBITO DE APLICAÇÃO

Estarão sujeitos a estas disposições legais todos os centros penitenciários, prisões, delegacias de polícia e qualquer

centro de reclusão de pessoas de qualquer idade e sexo, sejam os mesmos com fins de cumprimento de penas judiciais, reinserção, prisões de menores e de reabilitação dependentes do estado.

Para o efeito, habilita-se o Poder Executivo para que, por meio do Ministério de Justiça e do Ministério do Interior, regulamente a aplicação da presente lei no prazo de sessenta dias após a promulgação da mesma.

##### Artigo 7º — Comunique-se ao Poder Executivo”.

##### “EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS”

É por todos conhecida a realidade de insegurança que impera no sistema penitenciário nacional, assim como é de conhecimento público que, desde a entrada em vigor da Constituição Nacional, nosso sistema penal teve uma transformação total, pois, de ser um sistema inquisitivo predominante, se pôs na vanguarda dos sistemas legais em matéria penal e adotou o sistema acusatório.

No citado sistema acusatório, também surge a transformação do ‘sistema penitenciário’, o qual passa a ser — dito de melhor maneira — um ‘sistema correccional’, porque desaparece a figura da ‘sanção ou pena’ como finalidade primeira e última do processo penal, e surge a ‘reinscrção do criminoso na sociedade’, que é reinserido depois de ter sido submetido a uma reclusão legal necessária para que a sociedade receba um indivíduo sem intenções de delinquir.

No entanto, apesar dos esforços feitos ao longo dos anos desde a entrada em vigor do atual sistema penal, tanto de fundo como de forma, ainda não se conseguiu a plena realização do que se pretende com o sistema acusatório.

Esta situação nos leva a regular a atividade do sistema prisional, mediante um controle mais rigoroso da dinâmica populacional das cadeias, tanto com relação aos detidos, como também às pessoas que diariamente ingressam e saem das citadas instituições, sejam advogados, funcionários públicos, visitas etc.

Pelas razões expostas, é lógico concluir que as cadeias são uma parte importante do sistema prisional de nosso país.

Mais que qualquer outro componente do sistema penitenciário, devem trabalhar de forma direta com uma ampla gama de problemas sociais porque têm uma população diversificada e superpovoada, já que só na Cadeia de Tacumbú existem milhares de reclusos além de sua capacidade. Uma cadeia típica pode incluir adultos e jovens; homens e mulheres; indivíduos que são violentos, não violentos, doentes mentais, viciados ou dependentes de álcool ou que precisam do apoio de uma família.

As cadeias devem funcionar enfrentando superlotação, falta de pessoal e financiamento limitado. Os administradores das mesmas enfrentam muitos desafios, entre eles:

- \* A contagem do pessoal e os visitantes no caso de situações de emergência.
- \* A capacidade de proteger e identificar os visitantes.
- \* O controle da movimentação interna.

A identificação das pessoas que entram e saem de uma instalação penal constitui um importante problema de segurança. A gestão de visitantes nas penitenciárias é uma prática que se limita a um registro em papel e à retenção

de um documento de identidade. Trata-se, no entanto, de instalações que requerem um alto nível de segurança, pelo risco potencial de substituição de identidade a que estes lugares estão permanentemente expostos.

Portanto, é necessário que sejam dotadas de um sistema de gestão e identificação de visitas que garanta que a pessoa que ingressou é a mesma que saiu do estabelecimento.

Nesse sentido, a biometria é uma área de tecnologia rapidamente emergente que é amplamente reconhecida como uma ferramenta que pode melhorar a segurança dos estabelecimentos penitenciários.

A biometria compreende métodos de reconhecimento automatizados de uma pessoa baseando-se nas características fisiológicas ou de comportamento.

A tecnologia biométrica inclui:

- \* Impressões digitais.
- \* Reconhecimento facial.
- \* Retina.
- \* Escaneamento da íris.
- \* Geometria da mão/dedo.
- \* Reconhecimento de voz.

O reconhecimento biométrico pode ser utilizado em modo de identificação ou em modo de verificação. No modo de identificação, o sistema identifica uma pessoa mediante a comparação com toda a base de dados biométrica das pessoas registradas. No modo de verificação, as características biométricas de uma pessoa são comparadas unicamente com seus registros biométricos anteriores.

Considerando a natureza de alta segurança deste tipo de instalações, é importante implementar métodos que contem com métodos de identificação de duplo fator de verificação, de maneira que se assegure que a pessoa que ingressou é a mesma que sai e, dessa forma, prevenir possíveis substituições de identidade.

Os fatores poderiam consistir no uso de biometria de impressões digitais e reconhecimento facial.

O reconhecimento facial atualmente permite detectar rostos ao vivo ou gravados em vídeo e compará-los com bases de dados de imagens de grande tamanho.

Ambas as tecnologias podem ser usadas para identificar os presos, o pessoal e os visitantes.

Em conclusão, é imperativo dar início a um programa de tecnologia penitenciária que gerencie o ingresso e egresso de visitantes, o controle da movimentação interna e a prestação de contas dentro dos centros penitenciários. Dever-se-ão analisar os tipos de dispositivos biométricos que sejam apropriados para o ambiente penitenciário e como serão afetadas as operações das instalações. Isso permitirá o desenvolvimento de um sistema de monitoramento e vigilância dos internos com precisão. Permitirá aos administradores automatizar a programação e identificar possíveis incidentes, alertando o pessoal.

Em suma, o sistema de controle biométrico instalado nas penitenciárias e lugares de detenção das pessoas dotará de um maior sistema de controle de movimentação das pessoas os mencionados lugares, elevando o standard de nossas cadeias e reduzindo a vulnerabilidade atual do ingresso e saída de pessoas das prisões da República.”





Senador Edison Lobão (PMDB-MA)

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado Federal

# SENADOR EDISON LOBÃO CELEBRA CONQUISTAS SOCIAIS DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS (CAS)

**R**edução de impostos para investimentos em saneamento básico, definição de prioridade para idosos em programas de moradia e incentivo fiscal para a capacitação de jovens para o mercado de trabalho foram algumas das conquistas da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado, presidida, desde março de 2015, pelo Senador Edison Lobão (PMDB-MA).

Lobão faz um balanço positivo dos trabalhos da comissão, responsável pela votação e discussão de projetos que interferem diretamente na vida do cidadão brasileiro, como saúde, previdência, trabalho, emprego e temas de interesse das pessoas com deficiência.

“Aqui, tivemos a oportunidade de lidar com as principais demandas do país, as necessidades fundamentais do povo brasileiro”, diz Lobão, que, em outras oportunidades, presidiu diversas comissões do Senado essenciais ao processo legislativo, como a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e de Fiscalização e Controle.

Desde que passou a ser conduzida pelo Senador Lobão, a CAS promoveu discussões de grande relevância e deliberou sobre 139 projetos. “O espaço para o diálogo esteve aberto às entidades representativas da sociedade para que pudessem acompanhar as decisões do Parlamento”, comenta.

Para manter o debate e garantir que o cidadão comum pudesse participar das discussões de temas relevantes, foram realizadas 23 audiências públicas com acesso público e diversas sabatinas para a confirmação de nomes indicados para as agências reguladoras da área social, como a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Assuntos de grande apelo popular foram priorizados, como a polêmica sobre o uso da substância fosfoetanolamina no tratamento do câncer. Em conjunto com a Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) do Senado, foram ouvidos especialistas e pesquisadores em um debate concorrido e de grande repercussão.

Entre temas de maior urgência, a CAS discutiu a proliferação do mosquito *Aedes Aegypti* no país. Os três últimos ministros da Saúde foram convidados para responder aos questionamentos dos senadores, atualizar dados e falar dos resultados das pesquisas sobre uma possível vacina contra a dengue, além da relação entre o zika vírus, transmitido pelo mosquito, com a microcefalia.

Os representantes do Ministério da Saúde foram chamados, também, para esclarecer as contratações feitas para o Programa Mais Médicos e a efetividade da iniciativa, que teve o objetivo de suprir a carência de profissionais em todo o território nacional.

Os senadores discutiram e aprovaram a redução do tempo para a liberação de medicamentos, como os indicados para o tratamento da doença psoríase. Atualmente, os estudos precisam de um tempo mínimo de, pelo menos, 180 dias para ser concluídos e demandam recursos orçamentários para manter os remédios no mercado.

Entre as alternativas tecnológicas disponíveis, foi debatido um novo implante para deficiência cardíaca que vem reduzindo a mortalidade entre idosos e garantindo maior qualidade de vida a pessoas acima de 75 anos de idade. A audiência pública ouviu especialistas que defendem a inclusão do procedimento no Sistema Único de Saúde (SUS) ou no rol de cobertura dos planos de saúde.

Durante a campanha de combate ao câncer chamada Outubro Rosa, a Comissão de Assuntos Sociais juntou-se ao movimento e discutiu não só o combate ao câncer de mama, mas também ao câncer de útero, alinhados às diversas propostas legislativas que podem beneficiar as mulheres, além das já aprovadas pela Comissão.

Entre as políticas públicas a serem avaliadas pelos integrantes da Comissão, foi decidido que o complexo Sistema Único de Saúde (SUS) e os Benefícios Previdenciários Brasileiros estivessem no foco dos senadores até o fim de 2016.

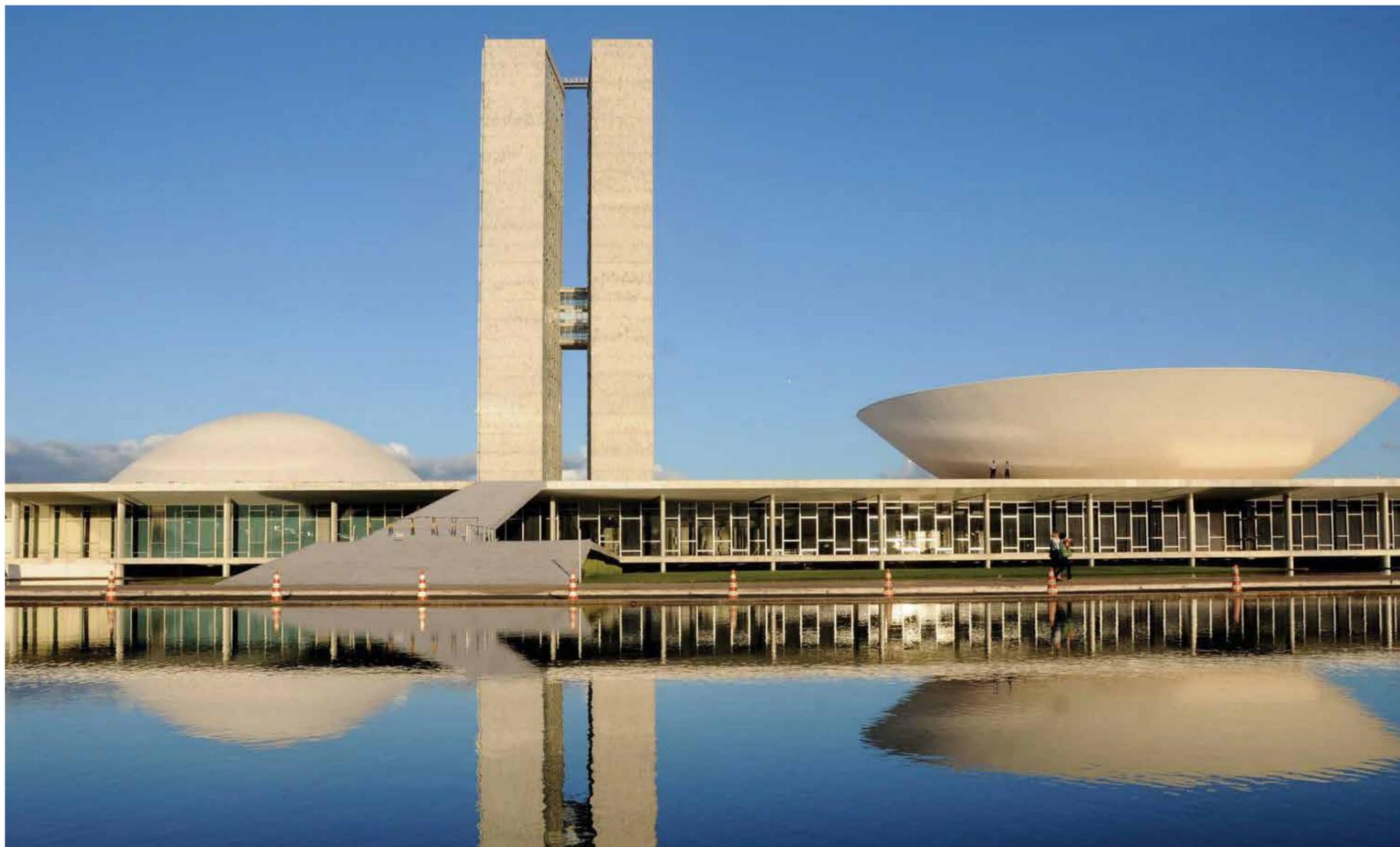
Foram revistas as estratégias para reduzir a taxa de mortalidade materna, uma das metas assumidas pelo Brasil conforme os oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU) a diversos países.

Estiveram em pauta atualizações nos direitos trabalhistas, diante da nova realidade de mercado, como a proposta de mudança na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para alterar os intervalos de descanso dos empregados por meio de acordo ou convenção coletiva. E os senadores aprovaram, em um ano, diversas regulamentações de profissões, como arqueólogo, instrumentador cirúrgico, historiador, disc-jóquei, fotógrafo, designer de interiores, detetive particular, podólogo, profissional da dança e guarda-vidas.

Dentre os projetos aprovados, além dos já citados, destacam-se a destinação de recursos do petróleo para garantir mais investimentos em ciência e tecnologia; mudanças na legislação para que medicamentos sem similar nacional tenham alíquota zero; exigência da exposição de tabelas de preços em hospitais e clínicas para informar pacientes; garantia do transporte de órgãos para transplantes; financiamento e crédito público para hospitais filantrópicos e Santas Casas; investimentos mínimos da União em hospitais universitários; incentivo fiscal para a capacitação de jovens; assistência financeira a artesãos nos períodos de dificuldade de acesso às matérias-primas; isenção de impostos para compra de equipamentos por fotógrafos e cinegrafistas; regulação de parcerias de profissionais com salões de beleza; possibilidade de saque do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para doenças graves; e a nova Política de Doenças Raras, com regras de comercialização e distribuição de medicamentos.

Para o orçamento, foram aprovadas emendas para o fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com a previsão de recursos federais para os municípios, para a melhoria do atendimento e acompanhamento de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e risco social e emendas que possam contribuir para o aperfeiçoamento do acesso e da qualidade dos serviços prestados aos usuários nas áreas de atenção especializada do SUS, por meio do apoio técnico e financeiro aos Estados e municípios e da organização e estruturação da rede.

“Estamos cientes de que é necessário um trabalho incessante para responder ao anseio do cidadão e da sociedade organizada, assumindo dia a dia a responsabilidade social, tarefa de todos nós”, conclui o Senador Edison Lobão.



Palácio do Congresso Nacional



Deputado Estadual José Zico Prado (PT-SP)

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP)

# PARLAMENTO PAULISTA, O MAIOR DO BRASIL, NÃO TEM INDEPENDÊNCIA E ATUA COMO BRAÇO LEGISLATIVO DO PODER EXECUTIVO

Desde o golpe parlamentar que afastou a Presidenta Dilma Rousseff, o Brasil mergulhou num clima de incerteza política e social diante de um governo golpista, que não mede esforços para garantir-se no poder, à custa de aniquilar as conquistas do povo brasileiro. Neste momento, a farsa do golpe contra a corrupção não se sustenta mais.

A realidade é que o desemprego aumentou, a economia não se recuperou e a sociedade começa a entender que o golpe também não terminou. O golpe persiste diariamente na tentativa do governo ilegítimo e de seus aliados de aprovar o fim de direitos fundamentais para o povo brasileiro, conquistados com muita luta.

Os golpistas precisam pagar a conta do golpe. E, para isso, buscam aprovar mudanças drásticas no regime da previdência social, aumentando o tempo de contribuição e a idade mínima para que homens e mulheres possam aposentar-se. Em resumo, querem que a população trabalhe até morrer! Não bastasse a angústia de não conseguir aposentar-se, o povo brasileiro também corre o risco de ver as relações trabalhistas, conquistadas a duras penas, findar por decisão de deputados e senadores, sem debate com a sociedade. Se aprovada, a reforma trabalhista permitirá que as férias sejam pagas em parcelas, não haverá obrigatoriedade de mediação sindical na rescisão de contratos, e a terceirização para todas as atividades já está a um passo da regulamentação. É o fim da CLT. Carteira assinada será privilégio de poucos!

Assim como ocorre no Brasil, o Estado de São Paulo sofre as consequências do golpe e da administração privatista do PSDB, há tantos anos no poder. O governo de Geraldo Alckmin, do PSDB, partido sócio do golpe, protagoniza situações de truculência cotidianamente, criminalizando os movimentos sociais e utilizando-se da força contra situações de vulnerabilidade social, como aconteceu na chamada cracolândia, no bairro da Luz, ou nas violentas reintegrações de posse em todo o Estado.

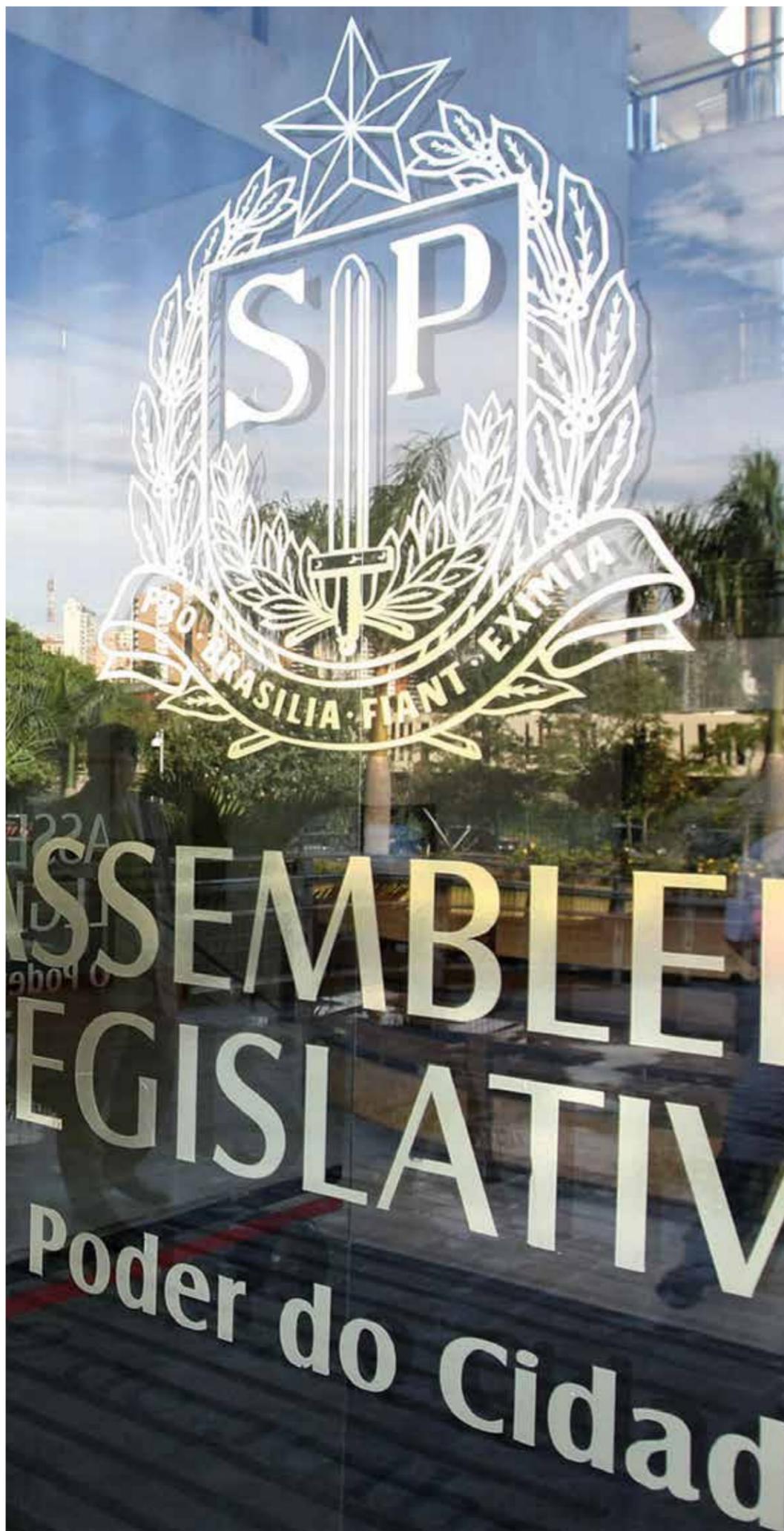
Como líder da bancada de deputados estaduais do PT neste último período, José Zico Prado atuou fortemente pela independência do Legislativo Paulista perante o Poder Executivo, cuja base aliada chega a 84% das cadeiras na Assembleia Legislativa de São Paulo.

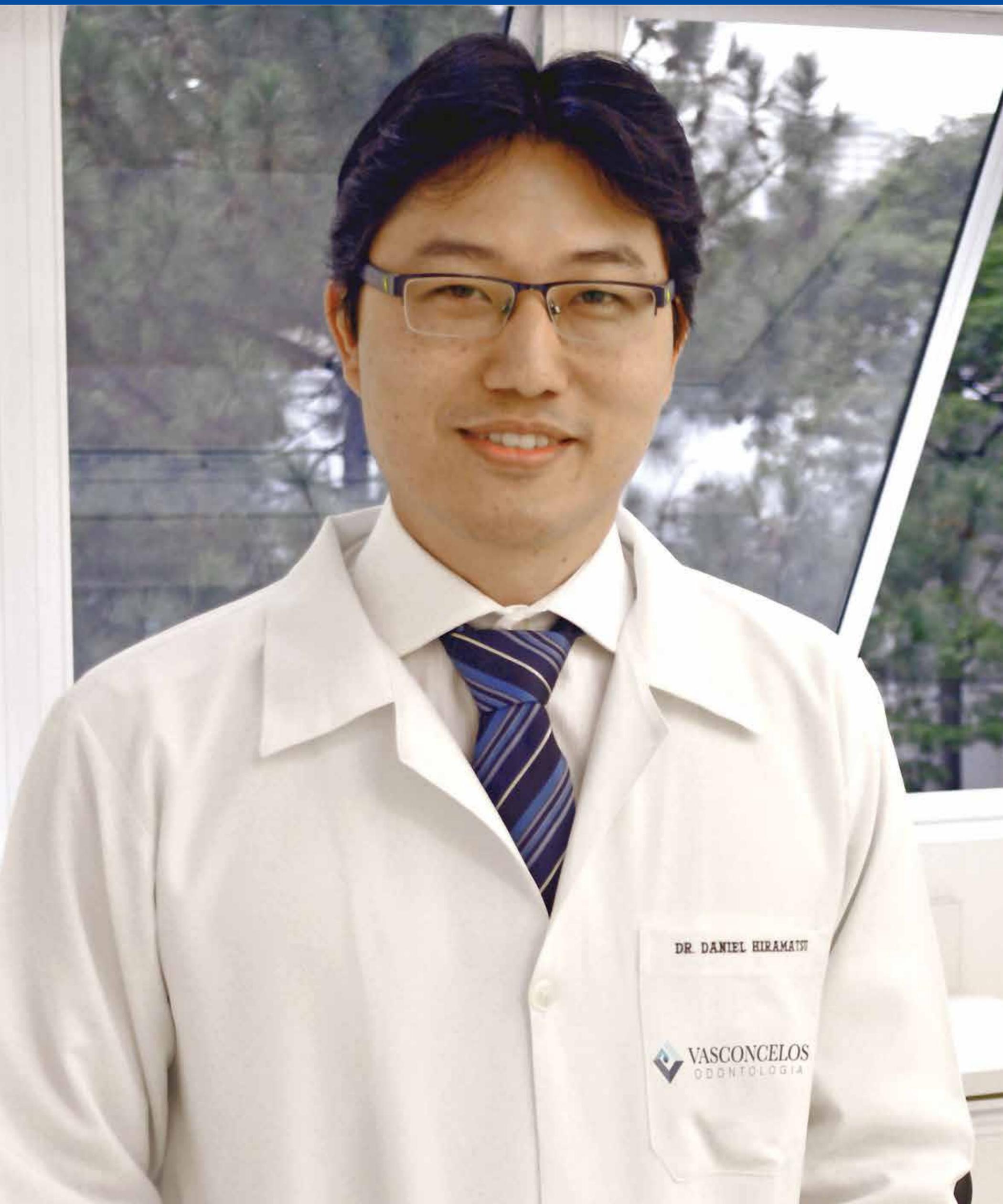
Ainda assim, a oposição tem buscado fiscalizar e denunciar os problemas vividos pela sociedade paulista. A CPI da Máfia da Merenda representou um marco emblemático na luta social, tendo sido instaurada depois da histórica ocupação da Alesp por estudantes secundaristas. Como os problemas persistem, tanto na educação como em outras áreas prioritárias, foi necessário buscar outros canais de intervenção. É por isso que a bancada do PT retomou espaços importantes nas comissões permanentes do Legislativo.

O partido agora preside as Comissões de Educação, de Infraestrutura e de Relações do Trabalho e assumiu a vice-presidência das Comissões de Direitos Humanos e de Transportes, ocupada pelo Deputado Zico Prado, com o intuito de fiscalizar denúncias de superfaturamento e de conluio entre empresas, atrasos na entrega de obras, falhas constantes no sistema metroferroviário e a política de concessão de rodovias.

A valorização do interior, a partir da vocação regional de cada macrorregião, o debate sobre as cadeias produtivas no Estado de São Paulo, a regularização fundiária e a reforma agrária continuam pautas prioritárias do trabalho legislativo do Deputado Zico Prado.

Para o parlamentar petista, a “Assembleia Legislativa precisa tornar-se, de fato, a casa do povo, e o deputado estadual, um agente a serviço das lutas dos trabalhadores, da população marginalizada, das minorias e de quem necessita das políticas públicas que lhe são direito”.





# LENTE DE CONTATO ODONTOLÓGICAS: A FORMA REVOLUCIONÁRIA DE RECONSTRUIR SORRISOS

**G**raduado e pós-graduado em Reabilitação Oral pela Universidade de São Paulo (USP), o Dr. Daniel Hiramatsu especializou-se na área estética, especialmente na reconstrução de sorrisos de maneira estética e natural, devolvendo a seus pacientes a autoestima e a segurança de sorrir, por meio da técnica revolucionária das lentes de contato odontológicas.

Faz parte da equipe de profissionais da Clínica Vasconcelos Odontologia, localizada em um dos locais mais nobres de São Paulo/SP, em plena Avenida Brasil, na região dos Jardins. Atua nas áreas de reabilitações orais, implantes e estética, nas quais aperfeiçoou as técnicas minimamente invasivas de reconstrução do sorriso, que envolvem o mínimo ou nenhum desgaste dos dentes naturais para a resolução de casos de extrema necessidade estética.

Atualmente, além de suas atividades clínicas, é professor e membro do corpo docente permanente do BOC — São Paulo. Ministra cursos em São Paulo e por todo o país, divulgando a filosofia de tratamento desenvolvida e aperfeiçoada ao longo de mais de quinze anos de trabalho, em conjunto com o Dr. Laércio Vasconcelos e equipe.

Atualmente, a odontologia, como a maioria das áreas da saúde, tem voltado seus esforços para o desenvolvimento e aprimoramento dos tratamentos que visam a resultados estéticos. Nesse sentido, as lentes de contato dentais, ou laminados cerâmicos, têm ganhado grande destaque. Isso tem ocorrido, em grande parte, pela grande demanda por esse tipo de tratamento. Dados da Sociedade Brasileira de Odontologia Estética mostram que a procura por esse tipo de tratamento aumentou mais de 300% entre 2014 e 2015. Estima-se que, só na cidade de São Paulo, sejam feitas mais de 28.500 lentes por mês, a um custo médio de R\$ 1.800,00 a R\$ 5.000,00 cada.

No entanto, é importante considerar a estética odontológica não só como questão apenas de vaidade, e sim como questão de saúde. É fundamental que profissionais da área da saúde estejam focados e preocupados não só com a questão estética e funcional da boca, mas também com a saúde psicológica dos pacientes.

Não por menos, a Organização Mundial da Saúde (OMS) define a saúde como um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doença. Dessa forma, uma pessoa que possua uma saúde bucal insatisfatória não pode ser considerada saudável. Basta ver como é a qualidade de vida da pessoa que apresenta uma condição bucal insatisfatória: sua aparência fica comprometida, a pronúncia fica alterada, o hálito fica desagradável, a autoestima cai, e os relacionamentos sociais e profissionais se comprometem. Cuidar bem da boca, com uma boa higiene oral, ajuda no amor, na saúde, na profissão e contribui para o sucesso e a felicidade.

## Lentes de Contato Dentais

Existem várias modalidades de tratamentos odontológicos estéticos que envolvem o recobrimento das porções externas dos dentes com finas camadas de porcelana, conhecidos genericamente como "laminados cerâmicos". Esses laminados são colados na frente dos dentes e possuem a capacidade de alterar e melhorar a cor, a forma, o tamanho e o posicionamento dos dentes naturais.

A nomenclatura também pode variar dependendo da indicação, da espessura e da abrangência. Esses laminados podem ser conhecidos como facetas, fragmentos cerâmicos e lentes de contato dentais. Essas lentes de contato, ou laminados, além da porcelana, podem ser feitas com materiais alternativos, como as resinas compostas. Porém, a porcelana é o material que possui melhores capacidades óticas e de reflexão de cor, ou seja, imita a luz refletida dos dentes naturais para resultados mais bonitos, que imitam os dentes e sorrisos estéticos.

A porcelana também apresenta resultados duradouros, uma vez que sua estrutura é extremamente estável, fazendo com que os dentes, depois de revestidos com esses laminados de porcelana, tenham sua cor mantida ao longo do tempo. Uma vez que formam uma fina camada impermeável na parte de fora dos dentes naturais, esses laminados os protegem, evitando o surgimento de manchas e pigmentações nos dentes provocadas pelo cigarro, pelo vinho, pelo café, por molhos e por outros alimentos corantes, responsáveis pelo escurecimento dos dentes naturais.

## Indicações do Tratamento Estético com Lentes de Contato

Esse tipo de tratamento normalmente é rápido e direto; porém, uma consulta detalhada com o dentista especializado nesse tipo de procedimento deve ser feita. Lentes de contato dentais são rotineiramente utilizadas para corrigir:

- dentes escurecidos em decorrência de tratamentos endodônticos (tratamento de canal), núcleos metálicos ou infiltrações de cáries;
- dentes escurecidos por manchas de tetraciclina ou outros medicamentos, excesso de flúor ou outras causas;
- dentes escurecidos pelo acúmulo de pigmentos de nicotina (cigarro), alimentos e bebidas como molhos, vinho e café;
- grandes preenchimentos de resina que apresentam infiltrações e manchas que causam escurecimento dos dentes;
- dentes que sofreram desgastes pela ação do tempo ou pela presença de hábitos parafuncionais, como o bruxismo ou o apertamento noturno;
- dentes que sofreram algum tipo de trauma em sua estrutura, que apresenta o esmalte com lascas ou fraturas;
- dentes tortos, desalinhados ou de forma irregular;
- fechamento de diastemas (espaços entre os dentes); e
- qualquer alteração de forma ou cor dos dentes.

## Planejamento

Todo planejamento para casos estéticos se inicia por meio de um detalhado protocolo de fotos intrabucais, extrabucais e de rosto. Isso possibilita um planejamento virtual, feito no computador por meio de softwares específicos, cuja finalidade é determinar a proporção dos dentes em relação aos lábios e ao rosto do paciente (figuras 1, 2 e 3).

O grande desafio desse tipo de tratamento é justamente devolver a estética natural e personalizada para cada pessoa. Não existe um padrão para sorrisos. "Cada sorriso deve ser único e personalizado para cada indivíduo, levando em consideração todas as nuances e características pessoais de cada um. Até mesmo características emocionais influem num planejamento estético."

## Mock Up (Teste do Novo Sorriso)

Nesta etapa, uma prévia do resultado final do tratamento é feita em resina, de forma totalmente reversível e não invasiva (figura 4). O objetivo é possibilitar ao paciente visualizar o resultado final do tratamento, antes que qualquer procedimento mais complexo seja feito. O paciente pode até mesmo passar alguns dias com o Mock Up para uma avaliação mais criteriosa. Após esse período, essa resina temporária é removida, sem qualquer dano aos dentes naturais. Dessa forma, o sorriso que foi construído virtualmente pode ser visto de forma real na boca, para que o paciente possa decidir se o resultado ficou ou não de acordo com a expectativa inicial.

## As lentes de contato dentais oferecem as seguintes vantagens:

- dão aparência natural aos dentes;
- o tratamento geralmente é rápido e indolor;
- são biocompatíveis com os tecidos gengivais. A porcelana é bem aceita pela gengiva, que responde bem ao tratamento, promovendo um contorno uniforme aos laminados;
- lentes de contato de porcelana são resistentes a manchas;
- a cor de um revestimento de porcelana, ao se sobrepor aos dentes escuros, pode dar a eles uma aparência mais branca;
- lentes de contato oferecem uma abordagem conservadora para mudar a cor e a forma do dente e geralmente não requerem preparação extensiva, proporcionando uma alternativa mais forte e mais estética e sendo minimamente invasivas ao esmalte dental.

## Prova dos Laminados em Cerâmica

Após a aprovação da estética pelos processos descritos anteriormente, normalmente são necessárias três consultas ao dentista. Na primeira dessas consultas são feitos os desgastes mínimos (quando necessários) e os processos de moldagem. Numa segunda consulta são feitas as provas dos laminados em porcelana, ocasião em que são avaliados se os resultados de cor, forma e alinhamento estão de acordo com o planejamento aprovado, e, quando necessários, ajustes são feitos nessa etapa (figuras 5 e 6).

## Finalização do Tratamento

Numa terceira consulta, as lentes de contato são coladas sobre os dentes de maneira definitiva, utilizando-se, para isso, cimentos odontológicos, que ajudam na adesão segura e duradoura desses laminados. O resultado final pode ser visto abaixo (figuras 7 e 8).

## Lentes de Contato Dentais

O tratamento com lentes de contato dentais já representa uma modalidade de tratamento consagrada na odontologia, com resultados estéticos e de eficiência comprovada a longo prazo. Milhares de pessoas no Brasil e no mundo se têm beneficiado com o retorno da autoestima e da possibilidade de sorrir sem receios possibilitado pelo tratamento.

A Clínica Vasconcelos Odontologia, pioneira em tratamentos odontológicos de excelência, já é referência em tratamentos estéticos e reabilitações orais e acredita que a qualidade de vida deve ser uma busca constante do ser humano e que soluções estéticas são uma contribuição considerável nesse contexto (figura 9).



FIGURA 1



FIGURA 2



FIGURA 3



FIGURA 4



FIGURA 5



FIGURA 6



FIGURA 7



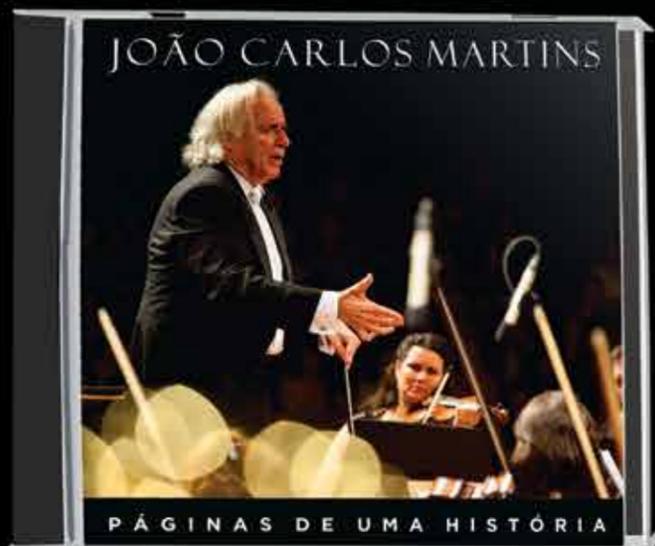
FIGURA 8



FIGURA 9

# CONVIDAMOS VOCÊ A INVERSAR RESPONSABILIDADE SOCIAL

AO COLABORAR FINANCEIRAMENTE COM ESTE PROJETO SOCIAL, VOCÊ RECEBERÁ DE BRINDE 10 CDS DUPLOS DA OBRA **PÁGINAS DE UMA HISTÓRIA**, DE AUTORIA DO MUNDIALMENTE RENOMADO PIANISTA E MAESTRO **JOÃO CARLOS MARTINS**, CONJUNTAMENTE COM UM **CERTIFICADO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL**, PARA INCLUSÃO NO RELATÓRIO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL DE SUA EMPRESA.



PEDIMOS O SEU APOIO PARA VIABILIZAR A CONSTRUÇÃO DO **CENTRO DE REABILITAÇÃO E REINSERÇÃO SOCIAL DE DEPENDENTES DE DROGAS - AMOR PELA VIDA**, QUE TEM POR OBJETIVO SALVAR A VIDA DE CENTENAS DE **USUÁRIOS DE DROGAS**, ATUANDO NO TRATAMENTO E NA REINSERÇÃO SOCIAL.



*Save your life forever*

Para mais informações, acesse: [www.idelb.org.br/amorpelavida](http://www.idelb.org.br/amorpelavida)

# TIR EM NOSSO PROJETO DE PARA UM FUTURO MELHOR

A VALORIZAÇÃO E O FORTALECIMENTO DA FAMÍLIA SÃO DE FUNDAMENTAL IMPORTÂNCIA PARA ALCANÇARMOS RESULTADOS PRÁTICOS NA REABILITAÇÃO E REINserÇÃO SOCIAL DO DEPENDENTE DE DROGAS.



Perspectiva artística da fachada do Centro de Reabilitação e Reinsersção Social de Dependentes de Drogas – AMOR PELA VIDA.

MUITO OBRIGADO  
PELO SEU  
IMPORTANTE APOIO  
PARA A REALIZAÇÃO  
DESTE PROJETO DE  
RESPONSABILIDADE  
SOCIAL EM BENEFÍCIO  
DO BRASIL.



# PARCERIA CONFIRMADA PARA A REALIZAÇÃO DO PROJETO DE RESPOSTA DE DROGAS - AMOR PELA VIDA TEM O APOIO INABALÁVEL DO MUNDIAL

“ ESSE PROJETO SOCIAL TEM POR OBJETIVO SALVAR CENTENAS DE USUÁRIOS DE DROGAS, BRASILEIROS E ESTRANGEIROS, ATUANDO NA PREVENÇÃO AO USO, NO TRATAMENTO DO VICIADO EM DROGAS E NA REINSERÇÃO SOCIAL DE USUÁRIOS. SERÁ UM CENTRO DE REFERÊNCIA NA AMÉRICA LATINA, ATUANDO NAS ÁREAS DE TRATAMENTO, ENSINO E PESQUISA SOBRE DROGAS, COM FOCO NA RECUPERAÇÃO DE DEPENDENTES QUÍMICOS. ”



“ PROJETO SOCIAL CONTRA AS DROGAS, É EXTREMAMENTE IMPORTANTE PARA RESOLVER UM DOS MAIORES E MAIS GRAVES PROBLEMAS ENFRENTADOS POR MUITAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS: A DEPENDÊNCIA DE DROGAS. ”



*Save your life forever*

O Pianista e Maestro João Carlos Martins com o Dr. Josué dos Santos Ferreira,  
Presidente do Conselho Antidrogas do Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB

# RESPONSABILIDADE SOCIAL DA CLÍNICA DE TRATAMENTO DE DEPENDENTES MUNDIAMENTE CONSAGRADO PIANISTA E MAESTRO JOÃO CARLOS MARTINS.

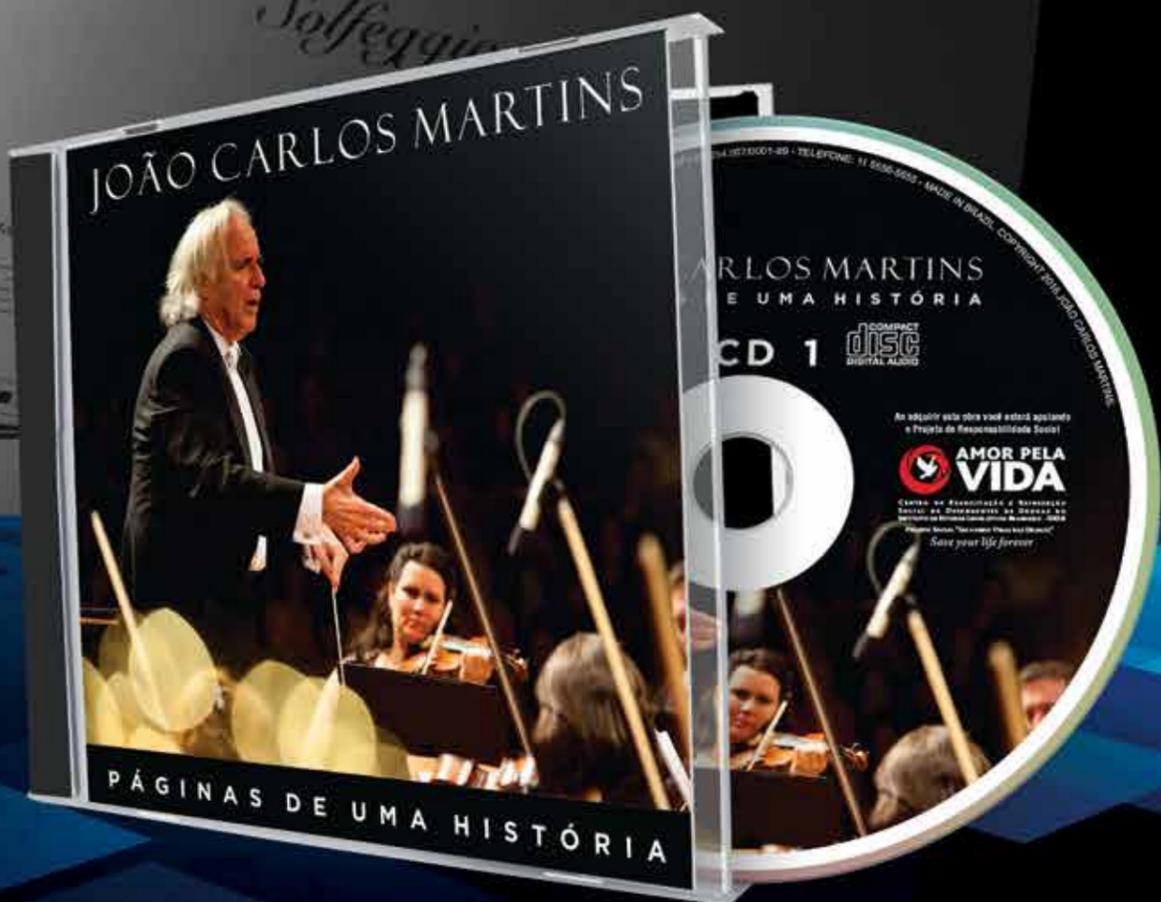


“ FAÇO UM APELO A VOCÊ.  
PARTICIPE TAMBÉM DESTA IMPORTANTE AÇÃO SOCIAL  
DE COMBATE ÀS DROGAS. DIVULGUE ESTA MENSAGEM  
ENTRE SEUS FAMILIARES E AMIGOS. AO ADQUIRIR A  
OBRA, PÁGINAS DE UMA HISTÓRIA, TODOS IRÃO  
COLABORAR PARA A REALIZAÇÃO DE UM SONHO:  
SALVAR CENTENAS DE VIDAS DAS DROGAS POR MEIO  
DA CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE REABILITAÇÃO  
E REINserÇÃO SOCIAL DE DEPENDENTES DE DROGAS  
AMOR PELA VIDA.

MUITO OBRIGADO PELO SEU IMPORTANTE  
APOIO PARA A REALIZAÇÃO DESTE SIGNIFICATIVO  
PROJETO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL  
EM BENEFÍCIO DO BRASIL.

”

*Musikalisches Vielerley, Hamburg 1720*  
*Carl Philipp Emanuel Bach*  
*1713-1788*  
*Solfeggio*



Para contribuir com este Projeto Social,  
compre o CD PÁGINAS DE UMA HISTÓRIA  
do mundialmente consagrado Pianista  
e Maestro João Carlos Martins.  
Para mais informações, acesse:  
[www.idelb.org.br/amorpelavida](http://www.idelb.org.br/amorpelavida)



# World Health Organization

## A Organização Mundial da Saúde (OMS) afirma que consumo de drogas causa 500 mil mortes anuais

Segundo a diretora-geral da OMS, a situação está piorando. Margaret Chan afirma que o consumo de droga deve ser visto como questão de saúde, não apenas como questão criminal.

A diretora-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), Margaret Chan, fez um alerta, no dia 13 de março de 2017, em Viena, na Áustria, de que as drogas causam cerca de meio milhão de mortes anuais e de que, em alguns aspectos, a situação piorou nos últimos anos.

"A OMS estima que o consumo de drogas é responsável por cerca de meio milhão de mortes a cada ano. Mas este número só representa uma pequena parte do dano causado pelo problema mundial das drogas", disse Chan durante seu discurso perante a Comissão de Narcóticos da ONU, que se reuniu em Viena.

O número contrasta com a estimativa oferecida pelo Escritório das Nações Unidas contra a Droga e o crime (UNODC), que, no ano passado, estimou que as mortes em decorrência do consumo de drogas eram pouco mais de 200 mil.

"Em alguns aspectos, a situação está piorando, e não melhorando. Muitos países estão experimentando uma crise de emergência sanitária em razão das mortes por overdose", acrescentou a diretora da OMS.

Chan não deu mais detalhes sobre esse dado, mas recente relatório da Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes (Jife) indicava que nos EUA quase duplicaram as mortes por overdose entre 2013 e 2014, quando o país registrou mais de 47 mil mortes por essa causa.

A diretora da OMS pediu, perante os 53 países da Comissão, que o consumo de drogas seja abordado como problema de saúde pública, e não apenas como questão criminal. Entre os países da Comissão estão Irã e China, países com castigos severos para o consumo de drogas e o narcotráfico, que podem até mesmo chegar à pena de morte.

"Gostaríamos de ver mais consumidores de drogas atendidos pelo sistema sanitário em vez de processados pelos tribunais", pediu Chan. "O principal objetivo do controle de drogas é salvar vidas" e reduzir "os danos sociais" causados por seu consumo, lembrou.

"Quase todos nesta sala conhecerão ou saberão de pais que têm um filho com problemas de drogas. Esses pais querem que seu filho receba um tratamento, não o querem na prisão", disse.

Chan também defendeu as conhecidas políticas de redução de danos que consistem, entre outras coisas, em programas de tratamento substitutivo com metadona e que em países como Irã e Rússia são proibidos. "As políticas sobre drogas devem estar baseadas em evidências, e não em emoções ou ideologias", concluiu.



# RESPONSABILIDADE SOCIAL PARA UM FUTURO MELHOR

Após 14 anos de existência e de muitos trabalhos sociais realizados em prol do desenvolvimento do Brasil, o **Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB** criou o **Centro de Reabilitação e Reinserção Social de Dependentes de Drogas, denominado AMOR PELA VIDA**, destinado a salvar a vida das pessoas usuárias de drogas brasileiras e estrangeiras, com vistas à prevenção do uso de drogas, ao tratamento do viciado em drogas, à reinserção social de usuários de drogas e o enfrentamento do tráfico de crack e outras drogas.

O **Centro de Reabilitação e Reinserção Social de Dependentes de Drogas AMOR PELA VIDA** tem por missão a promoção social no campo da proteção da vida, valorização e defesa da saúde, dando ênfase à criação e ao funcionamento de unidades de ensino, de pesquisa e de assistência, trabalhando para o desenvolvimento e o fortalecimento social do Brasil. O **AMOR PELA VIDA** tem como atuação estratégica os seguintes pilares:

- I – o tratamento de dependentes de drogas;
- II – a inclusão social de dependentes de drogas;
- III – a instituição de sistemas e tecnologias de apoio à pesquisa e ao ensino;
- IV – a instituição de cursos profissionalizantes em nível técnico na área da saúde voltado ao conhecimento em prevenção às drogas.

O trabalho de combate às drogas que vem sendo realizado pelo **Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB** teve início com ações concretas em 2004, 2007 e 2012.

Destacamos abaixo os trabalhos que foram realizados pelo IDELB na área de combate às drogas:

– **I Fórum Brasileiro de Estudos e Debates contra a Violência e a favor da Reabilitação do Cidadão Dependente de Drogas** (<http://www.idelb.org.br/forum2004>);

– **I Simpósio Nacional sobre o Combate ao Crime Organizado, Lavagem de Dinheiro, Recuperação de Ativos de Origem Ilícita no Exterior, Corrupção e o Combate ao Tráfico Internacional de Drogas** (<http://www.idelb.org.br/simposio2007>);

– **Lançamento da Campanha Institucional de Combate às Drogas, voltada à Proteção à Vida da Criança e do Adolescente com Educação Preventiva nas Escolas sobre o Uso Indevido de Drogas** (<http://www.idelb.org.br/images/PDF/antidrogas.pdf>).

O **Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB** cumpre mais uma vez sua meta de promover a responsabilidade social para um futuro melhor com a criação do **Centro de Reabilitação e Reinserção Social de Dependentes de Drogas AMOR PELA VIDA**. Trata-se de um projeto-piloto de um laboratório clínico psiquiátrico de referência na América Latina, tendo por objetivo promover diversas iniciativas nas áreas de ensino e pesquisa clínica com avanço científico e tecnológico na área de saúde, voltado ao tratamento de dependentes de drogas.

O **Centro de Reabilitação e Reinserção Social de Dependentes de Drogas – AMOR PELA VIDA** projeta em seu primeiro ano de funcionamento acolher para tratamento cerca de 360 usuários de drogas, visando integrar, articular e ampliar as ações voltadas à prevenção do uso, ao tratamento e à reinserção social de usuários de crack e outras drogas e contemplando a participação dos familiares e a atenção aos públicos vulneráveis: crianças, adolescentes e população em situação de risco.

A iniciativa social de criar o **Centro de Reabilitação e Reinserção Social de Dependentes de Drogas – AMOR PELA VIDA** é parte integrante do projeto social "**Salvando Vidas das Drogas**", realizado pelo IDELB em 2009, dando apoio ao **Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas**, implantado pelo Governo Federal em 2010, com vistas à prevenção do uso, ao tratamento e à reinserção social de usuários e ao enfrentamento do tráfico de crack e outras drogas ilícitas.

O projeto arquitetônico do **Centro de Reabilitação e Reinserção Social de Dependentes de Drogas – AMOR PELA VIDA** foi elaborado por um dos melhores e mais renomados arquitetos do Brasil, o professor Jorge

*Munif Abussamra*, graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade São Judas Tadeu, que tem em seu vasto currículo profissional inúmeros trabalhos consagrados, destacando-se a Torre João Salem, que recebeu o VII Grande Prêmio de Arquitetura Corporativa, o maior prêmio de Arquitetura da América Latina.

O **Centro de Reabilitação e Reinserção Social de Dependentes de Drogas – AMOR PELA VIDA** convidou a *Matec Engenharia*, uma das melhores e mais modernas construtoras do Brasil, com reconhecida e sólida participação no mercado nacional, ganhadora de dezenas de prêmios por sua excelência e qualidade profissional na realização de suas obras, para participar do projeto, fazendo a construção do empreendimento social.

O **Centro de Reabilitação e Reinserção Social de Dependentes de Drogas – AMOR PELA VIDA** será construído em uma área total de 5.700 m<sup>2</sup>, no município de Vargem Grande Paulista, Estado de São Paulo, que terá uma área construída de 4.000 m<sup>2</sup> para acomodar cerca de 60 quartos, sendo dois pacientes por acomodação. A instituição terá, no total, 120 pacientes por tratamento, que terá, em média, quatro meses de duração. Serão acolhidos, portanto, por ano cerca de 360 usuários de drogas para realização de tratamento clínico psiquiátrico especializado.

Temos a honra de contar com a participação do *Doutor Pablo Miguel Roig, Médico Psiquiatra Especialista em Programas de Prevenção e Tratamento de Dependentes Químicos*. Ele será o responsável pelo tratamento clínico psiquiátrico dos pacientes de nosso centro clínico psiquiátrico, sendo um dos mais renomados profissionais da área em nosso País.

Dentre outros importantes apoiadores de nosso projeto de responsabilidade social se destaca o mundialmente renomado **Pianista e Maestro João Carlos Martins** que nos concedeu a outorga da Cessão de Direitos Autorais de uma de suas obras, denominada "**PÁGINAS DE UMA HISTÓRIA**" para comercialização do "**CDs – PÁGINAS DE UMA HISTÓRIA**" no mercado global, com o objetivo de arrecadar fundos, especificamente e tão somente, para financiar o projeto de responsabilidade social que tem por objetivo viabilizar a construção, a aquisição de equipamentos e a manutenção por 5 anos do **Centro de Reabilitação e Reinserção Social de Dependentes de Drogas – Amor pela Vida**.

Com o objetivo de cumprirmos nossa missão de melhorar e ampliar o desenvolvimento da saúde pública no Brasil com o tratamento de dependentes de drogas, com o firme propósito de reintegrá-los na sociedade, promover infâncias saudáveis e de saúde e bem-estar social, buscamos firmar parcerias com empresas, governos, organizações não governamentais e cidadãos.

Pedimos sua importante contribuição financeira para que possamos viabilizar a construção do **Centro de Reabilitação e Reinserção Social de Dependentes de Drogas – AMOR PELA VIDA**, por meio de doações financeiras depositadas em conta bancária específica em nome do projeto social "**Salvando Vidas das Drogas**", conforme os seguintes dados:

Banco do Brasil S/A  
Conta corrente nº 20.098-0  
Agência nº 2962-9 – Faria Lima – SP  
Beneficiário: Projeto social "**Salvando Vidas das Drogas**"  
CNPJ/MF nº 05.527.226/0001-69

Nosso trabalho social encontra amparo legal no **art. 68 da Lei Federal nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD)**. O referido artigo é contemplado pela seguinte redação: "*A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão criar estímulos fiscais e outros, destinados às pessoas físicas e jurídicas que colaborem na prevenção do uso indevido de drogas, atenção e reinserção social de usuários e dependentes e na repressão da produção não autorizada e do tráfico ilícito de drogas.*"

*Nenhum caminho de flores conduz à glória. Vamos superar os obstáculos com a força de nossa coragem, enfrentando as vicissitudes e dando alento ao povo sofrido, vítima das brutais desigualdades sociais.*

# Faça parte desta história!



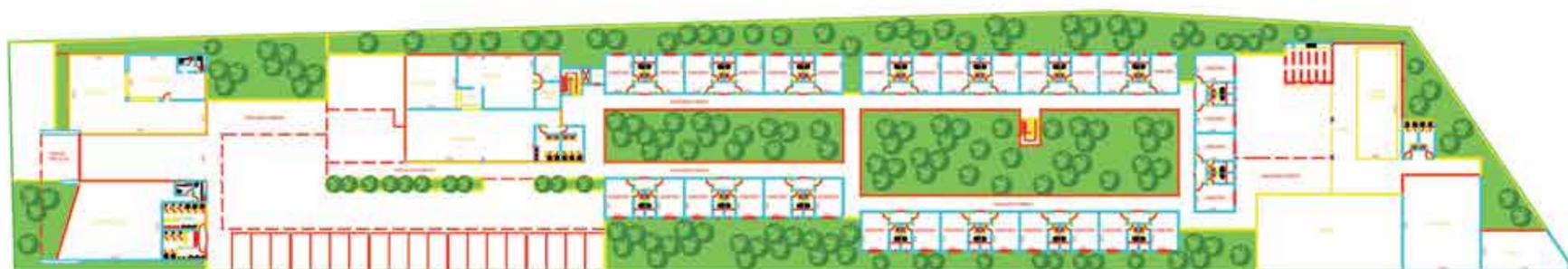
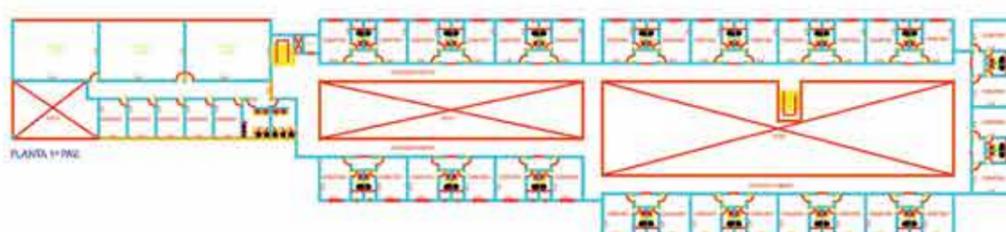
Perspectiva artística da fachada do Centro de Reabilitação e Reinserção Social de Dependentes de Drogas - AMOR PELA VIDA.

Sua empresa pode financiar a construção do nosso **Centro de Reabilitação e Reinserção Social de Dependentes de Drogas – AMOR PELA VIDA.**

Um centro de referência na América Latina com atuação nas áreas de tratamento, ensino e pesquisa para a recuperação de dependentes de drogas.



### Planta baixa do Projeto





**AMOR PELA  
VIDA**

# Faça parte desta história!

**Sua empresa pode financiar a  
construção do nosso Centro de  
Reabilitação e Reinserção Social de  
Dependentes de Drogas  
Amor pela Vida, criado pelo IDELB.**

**Um centro de referência na América  
Latina com atuação nas áreas de  
tratamento, ensino e pesquisa para a  
recuperação de dependentes de drogas.**



**CENTRO DE REABILITAÇÃO E REINserÇÃO  
SOCIAL DE DEPENDENTES DE DROGAS DO  
INSTITUTO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS BRASILEIRO - IDELB**

**PROJETO SOCIAL "SALVANDO VIDAS DAS DROGAS"**

*Save your life forever*

**Para mais informações, acesse: [www.idelb.org.br/amor\\_pela\\_vida.php](http://www.idelb.org.br/amor_pela_vida.php)**

AS DOAÇÕES PARA O PROJETO SOCIAL "SALVANDO VIDAS DAS DROGAS" TÊM AMPARO LEGAL NO ART. 68 DA LEI FEDERAL Nº 11.343, DE 23 DE AGOSTO DE 2006, QUE INSTITUI O SISTEMA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS – SISNAD. O REFERIDO ARTIGO É CONTEMPLADO PELA SEGUINTE REDAÇÃO: "A UNIÃO, OS ESTADOS, O DISTRITO FEDERAL E OS MUNICÍPIOS PODERÃO CRIAR ESTÍMULOS FISCAIS E OUTROS, DESTINADOS ÀS PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS QUE COLABOREM NA PREVENÇÃO DO USO INDEVIDO DE DROGAS, ATENÇÃO E REINserÇÃO SOCIAL DE USUÁRIOS E DEPENDENTES E NA REPRESSÃO DA PRODUÇÃO NÃO AUTORIZADA E DO TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS".

# mais em forma

A número um em emagrecimento

## Entre em forma com a clínica número 1 em emagrecimento.

**Emagrecimento - Nutrição - Dermatologia - Estética Corporal  
Medicina Ortomolecular - Medicina Esportiva**

**Nossos tratamentos/Serviços:** Avaliação Médica; Nutrologia; Medicina Esportiva; Ganho de massa muscular com tratamento suplementação BCAA e GH (hormônio do crescimento); Terapia Ortomolecular; Dermatologia clínica e Estética; Enzimas Intramusculares para emagrecimento; Enzimas Localizadas para queima de gordura; Enzimas para Celulite e flacidez; Nutrição Esportiva; Nutrição Clínica; Nutrição Funcional; Hooke (radiofrequência); Drenagem Linfática; Massagem Modeladora; Ultrassom; Carboxiterapia; Criolipólise; entre outros.



A clínica médica e estética **Mais em Forma** tem o compromisso de garantir serviços de alta qualidade com profissionais especializados na área de Emagrecimento, Terapia ortomolecular, Medicina esportiva, Dermatologia e Medicina estética. Garantimos o conforto e segurança de nossos clientes, superando suas expectativas. Com uma experiência de mais de 30 anos em emagrecimento, a **empresária Cleide Gimenes**, conta com o know how próprio visando tratamento adequado para cada um, com excelentes resultados e recuperação da autoestima.

Nossa clínica dispõe de uma excelente estrutura física, além de uma equipe de profissionais altamente qualificados, com médicos, nutricionistas, enfermeiros, fisioterapeutas e esteticistas, especialmente dedicada a melhor atendê-los.

### Emagrecimento

A obesidade é uma doença e, como tal, precisa ser levada a sério e tratada corretamente. O excesso de peso agrava ou causa outras doenças, traz complicações para a saúde física e mental a maioria dos obesos apresentam quadros clínicos depressivos e baixa autoestima.

O tratamento da obesidade depende do diagnóstico da causa da doença e para um tratamento efetivo, deve-se analisar caso a caso com uma consulta médica.

O grande diferencial da Clínica Mais em Forma é o tratamento personalizado, o paciente tem todo acompanhamento médico e nutricional, e tudo é feito de forma individualizada.

**[www.maisemforma.com.br](http://www.maisemforma.com.br)**

Rua Antonio Camardo, 965 - Tatuapé - São Paulo - SP

Tel.: (11) 2268.1080 | (11) 2268-1081

WhatsApp: (11) 99222-0928





**Todo**  
**mundo**  
entende  
**um pouco**  
de **publicidade,**  
procure  
quem  
entende  
**muito.**

Com mais de uma década de atuação, a WT Publicidade é uma agência de comunicação que atende diversos segmentos, como alimentício, logístico, imobiliário, hoteleiro, saúde animal e, principalmente, saúde humana.

A abrangência de contas atendidas demonstra a criatividade e a capacidade da WT em atender as expectativas e se moldar conforme as necessidades de seus clientes. A relação com as empresas é muito próxima, o que permite o contato direto a todos os colaboradores da agência, estabelecendo agilidade e pontualidade em todos os processos. Além da área *offline*, temos um portfólio com inúmeros materiais digitais, entre *movies*, materiais interativos, *games* e etc.

Entre em contato e descubra quantas ideias a WT tem para a sua empresa.

11 5181.5599  
wt@wtpublicidade.com.br  
www.wtpublicidade.com.br

Avenida das Nações Unidas, 18.801  
Conjuntos 1218 e 1219 - Santo Amaro  
São Paulo - SP - 04795-100



# O BRASIL

# = QUE NÓS = QUEREMOS

UNIDOS POR UM PAÍS MELHOR



O Brasil que queremos é o Brasil do progresso. Que gera riquezas e entende que o emprego representa a capacidade de o cidadão exercer sua dignidade e suas escolhas. Livremente.

Seja a dignidade de cada brasileiro a luz que ilumina cada um de seus passos. Seja a ordem a disciplina suprema para avançarmos em direção a um futuro melhor e de prosperidade.

A prosperidade de um povo reside na soma de valores e virtudes que são acumulados e divididos com todos. Sem exceção. Onde todos participam com direitos e deveres.

**Lutar pelo progresso representa unir forças para criarmos aquele país que sempre foi enaltecido como o do futuro!**

Pois agora chegou a hora. Estamos em um novo século, um tempo em que nada se esconde e tudo se curte. Concorde você ou não. Um mundo onde queremos trabalhar, curtir, aplaudir, reclamar, sonhar e realizar.

Uma era de novas referências. Das ruas, do digital, da experiência, do concreto, do aqui e agora.

Se isto é um fato, temos que mudar. As discussões muitas vezes intolerantes e intermináveis precisam terminar para que nossas indústrias voltem a produzir, o comércio vender e a corrupção acabar.

Que as pessoas não sonquem o direito de viver dos cidadãos roubando-lhes empregos por meio do não pagamento de impostos, do contrabando de cigarros, armas e drogas, que fomenta o crime organizado. Da falsificação de remédios e artigos esportivos. Do roubo de sinal de TV. Da cópia pirata de softwares. Entre tantas outras aberrações.

Disso nós já cansamos há muito tempo. Agora chegou a hora de ajudar a construir. Chega de procurar culpados. Está na hora de achar a solução. Por mais escondida que ela esteja.

Nos acostumamos a dizer que o governo tem que fazer tudo para nos ajudar. Estamos em uma outra era. Podemos muito bem, empresários, governo e políticos andarmos juntos para desenharmos um novo país.

Um país onde não exista cargos nem hierarquia de cidadania. Existam sim cidadãos cuja alma é a mesma e o respeito uma virtude. A da decência, a da paz, a da garra e da realização.

**O PAÍS QUE QUEREMOS É O PAÍS DA ORDEM E PROGRESSO.**

Então vamos colocar ordem por aqui. Precisamos gerar mais empregos, mais renda, mais arrecadação, mais produção? Vamos ajudar, sim.

Chegou a hora de acabar com a corrupção. Não só a demonstrada nos últimos anos, mas aquela que se traveste de outra forma de ilegalidade. Você sabia que práticas de contrabando, sonegação, roubo de cargas, falsificação e pirataria somam hoje cerca de R\$ 130 bilhões? Imagina o que não poderíamos fazer com este dinheiro na geração de emprego, renda, educação, moradia ou saneamento?

Resolvemos agir juntos. O Movimento em Defesa do Mercado Legal Brasileiro, expressão da sociedade civil que congrega mais de 70 entidades empresariais, a Frente Parlamentar Mista Contra o Contrabando e a Falsificação e o governo federal vão trabalhar juntos para eliminar o contrabando de produtos e serviços. Até porque a violência que está na sua cidade e amedronta a sua família é financiada por esses crimes.

Lutar contra isso é lutar a favor da vida e da dignidade do cidadão brasileiro, da concretização de uma realidade almejada por todos, de respeito aos direitos e do combate às ações criminosas.

**SE O BRASIL É FEITO PELOS BRASILEIROS, ENTÃO CHEGOU A HORA DE DARMOS UMA RESPOSTA DEFINITIVA AO POVO BRASILEIRO**

